



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO



ANEXO I
DOS CARGOS, VAGAS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	CARGOS	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO	TIPO DE PROVA	TAXA DE INSCRIÇÃO
1.	Agente Administrativo	CR	40	R\$ 2.358,59	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00
2.	Agente de Controle de Endemias	CR	40	R\$ 3.242,00	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00
3.	Agente de Serviços Gerais I	CR	40	R\$ 1.892,66	Alfabetizado	P.O + P.P	R\$ 60,00
4.	Agente de Serviços Geras II	CR	40	R\$ 1.892,66	Alfabetizado	P.O + P.P	R\$ 60,00
5.	Agente de Esportes	CR	40	R\$ 3.144,79	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00
6.	Auxiliar Administrativo	CR	40	R\$ 1.980,08	Educação Básica	P.O	R\$ 90,00
7.	Auxiliar de Saúde Bucal	1 + CR	40	R\$ 1.980,08	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00
8.	Auxiliar Técnico em Edificação	CR	40	R\$ 2.358,59	Educação Básica	P.O	R\$ 90,00
9.	Auxiliar Técnico em Contabilidade	CR	40	R\$ 4.950,18	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00
10.	Advogado	CR	20	R\$ 4.950,18	Curso Superior - Direito	P.O	R\$ 120,00
11.	Assistente Social	CR	30	R\$ 4.950,18	Curso Superior – Assistência Social	P.O	R\$ 120,00
12.	Contador	CR	40	R\$ 6.627,04	Curso Superior – Ciências Contábeis	P.O	R\$ 120,00
13.	Controlador Interno	CR	40	R\$ 6.627,04	Curso Superior- Ciências Contábeis/Ciências Econômicas ou Direito	P.O	R\$ 120,00
14.	Enfermeiro	CR	40	R\$ 5.847,40	Curso Superior – Enfermagem	P.O	R\$ 120,00
15.	Engenheiro Civil	CR	40	R\$ 12.235,09	Curso Superior- Engenharia Civil	P.O	R\$ 120,00
16.	Farmacêutico	CR	40	R\$ 5.847,40	Curso Superior – Farmácia	P.O	R\$ 120,00
17.	Fiscal de Obras e Posturas	1 + CR	40	R\$ 4.950,18	Curso Superior – Engenharia Civil ou Arquitetura	P.O	R\$ 120,00
18.	Fiscal Sanitário	CR	40	R\$ 3.144,79	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO



19.	Fiscal de Tributos Municipais	CR	40	R\$ 4.950,18	Curso Superior	P.O	R\$ 120,00
20.	Fisioterapeuta	CR	40	R\$ 5.847,40	Curso Superior – Fisioterapia	P.O	R\$ 120,00
21.	Fonoaudiólogo	01 + CR	40	R\$ 5.847,40	Curso Superior – Fonoaudiologia	P.O	R\$ 120,00
22.	Mecânico	CR	40	R\$ 3.610,69	Educação Básica - Experiência comprovada na área	P.O	R\$ 90,00
23.	Médico – 20H	CR	20	R\$ 11.022,34	Curso Superior - Medicina	P.O	R\$ 120,00
24.	Médico – 40H	CR	40	R\$ 22.044,76	Curso Superior - Medicina	P.O	R\$ 120,00
25.	Médico Veterinário	CR	40	R\$ 6,627,04	Curso Superior- Medicina Veterinária	P.O	R\$ 120,00
26.	Motorista	CR	40	R\$ 2.649,76	Alfabetizado	P.O + P.P	R\$ 60,00
27.	Nutricionista	CR	40	R\$ 4.950,18	Curso Superior - Nutrição	P.O	R\$ 120,00
28.	Odontólogo	CR	40	R\$ 9.127,40	Curso Superior - Odontologia	P.O	R\$ 120,00
29.	Operador de Máquinas	CR	40	R\$ 2.649,76	Alfabetizado	P.O + P.P	R\$ 60,00
30.	Orientador Social	CR	40	R\$ 3.144,79	Curso Superior- Assistência Social	P.O	R\$ 120,00
31.	Professor de Educação infantil e Séries Iniciais	CR	40*	R\$ 5.130,63	Licenciatura em Pedagogia comprovada mediante certificado de registro no MEC, para atuar nos diferentes níveis e áreas de ensino.	P.O	R\$ 120,00
32.	Professor de Arte	CR	40*	R\$ 5.130,63	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Artes ou Artes Visuais.	P.O + P.P	R\$ 120,00
33.	Professor de Educação Musical	CR	40*	R\$ 5.130,63	Licenciatura em Música	P.O	R\$ 120,00
34.	Professor de Educação Especial	CR	40*	R\$ 5.130,63	Licenciatura em Pedagogia com no mínimo 120 horas de Curso Específico em Educação Especial ou Licenciatura em Educação Especial.	P O	R\$ 120,00
35.	Professor de Educação Física	CR	40*	R\$ 5.130,63	Licenciatura em Educação Física e registro no CREF	P O	R\$ 120,00
36.	Professor de Língua	CR	40*	R\$ 5.130,63	Licenciatura em Letras com habilitação em	P.O	R\$ 120,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO



	Estrangeira - Inglês				Língua Inglesa.		
37.	Professor de Informática	CR	40	R\$ 5.130,63	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área de Informática/Computação ou Licenciatura Plena em outra área acompanhada de curso de especialização/pós-graduação específico na área de Informática Educativa	P O	R\$ 120,00
38.	Psicólogo	CR	40	R\$ 4.950,18	Ensino Superior – Psicologia	PO	R\$ 120,00
39.	Técnico Agrícola	CR	40	R\$ 3.144,79	Ensino Médio – Técnico Agrícola	P O	R\$ 90,00
40.	Técnico em Atividades Administrativas	CR	40	R\$ 3.964,82	Ensino Médio – Modalidade (Magistério) Técnico em Processamento de Dados, Técnico em Secretariado ou equivalente a esta área, com adicional de mínimo 100 horas de informática mediante apresentação de certificado.	P.O	R\$ 90,00
41.	Técnico em Contabilidade	CR	40	R\$ 5.847,40	Ensino Médio - Curso Técnico em Contabilidade	P.O	R\$ 90,00
42.	Técnico em Edificação e Manutenção	1 + CR	40	R\$ 3.610,69	Ensino Médio – Curso Profissionalizante de Técnico de Técnico em Enfermagem	P.O	R\$ 90,00
43.	Técnico em Enfermagem	CR	40	R\$ 3.144,79	Ensino Médio - Curso Profissionalizante	P.O	R\$ 90,00
44.	Técnico em Informática	CR	40	R\$ 3.610,69	Ensino Médio – Curso profissionalizante com no mínimo 120 horas na área	P.O	R\$ 90,00
45.	Técnico em Tesouraria	CR	40	R\$ 4.950,18	Ensino Médio	P.O	R\$ 90,00

PO = Prova Objetiva

PP = Prova Prática

CR = Cadastro Reserva

Nota 1 – Conforme previsto no inciso II do artigo 11 da LC 021/2009 os professores poderão ser contratados com a carga horária de 10, 20,30, ou 40 horas semanais com vencimentos proporcionais em relação ao estabelecido para a Carga Horária de 40 horas semanais, sendo 25%, 50% e 75%.

Nota 2 - Conforme previsto no parágrafo único do artigo 14 da LC 020/2009, os profissionais da área da saúde poderão ser contratados para os respectivos cargos com a carga horária de 10, 20,30, ou 40 horas semanais com vencimentos proporcionais em relação ao estabelecido para a Carga Horária de 40 horas semanais, sendo 25%, 50% e 75%.

ANEXO II

**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL DE ESTUDO PARA TODOS OS CARGOS
DE NÍVEL ALFABETIZADO e FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

LÍNGUA PORTUGUESA (CP): Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

MATEMÁTICA (CM): Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiciação; Divisibilidades; Regras de três simples; Expressões com operações básicas; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples. Demais operações compatíveis com grau de escolaridade.

CONHECIMENTOS GERAIS (CG): Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Erval Velho. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Erval Velho. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Erval Velho. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos de Informática. Ecologia e meio ambiente.

ANEXO III

**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL DE ESTUDO PARA TODOS OS CARGOS
DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR.**

LÍNGUA PORTUGUESA (CP): Leitura, análise e compreensão de textos de gêneros diversos, significado contextual de palavras e expressões, fonética, acentuação gráfica, separação silábica, ortografia oficial, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, regência nominal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de hormônios e parônimos, sinônimos, antônimos, emprego de letras maiúsculas e minúsculas iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem, processo e formação das palavras, estilística, conjugação verbal, utilização correta de pronomes, substantivos e suas flexões, orações coordenadas e subordinadas, termos essenciais e termos acessórios da oração, correlação de tempos verbais, discurso direto e indireto, gramática em geral.

MATEMÁTICA (CM): Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; Expressões Numéricas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

CONHECIMENTOS GERAIS (CG): Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Erval Velho. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Erval Velho. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Erval Velho. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos de Informática. Ecologia e meio ambiente.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA (CI): Terminologia utilizada na Informática. Noções de Hardware e Software. Sistema Operacional Windows: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; área de trabalho; área de transferência; manipulação de arquivos e pastas; uso de menus, programas e aplicativos. **Microsoft Word:** estrutura básica dos documentos; edição e formatação de textos; cabeçalhos; parágrafos; fontes; colunas; marcadores simbólicos e numéricos; tabelas; impressão; controle de quebras e numeração de páginas; legendas; índices; inserção de objetos; campos predefinidos; caixas de texto. **Microsoft Excel:** estrutura básica das planilhas; conceitos de células, linhas, colunas e pastas de trabalho; elaboração de tabelas e gráficos; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos; campos predefinidos; configuração de página; controle de quebras e numeração de páginas; obtenção de dados externos; classificação de dados. **Microsoft PowerPoint:** estrutura básica das apresentações; conceitos de slides; anotações; régua; guias; cabeçalhos e rodapés; edição e formatação de apresentações; inserção de objetos; numeração de páginas; botões de ação; animação e transição entre slides. **Correio Eletrônico:** uso de correio eletrônico; preparação e envio de mensagens; anexação de arquivos. **Internet:** navegação na Internet; conceitos de navegadores, URL, links, sites e mecanismos de pesquisa; busca e impressão de páginas.

PCI Concursos

ANEXO IV
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS

1. AGENTE ADMINISTRATIVO

Rotinas e procedimentos administrativos em órgãos públicos municipais. Gestão de processos administrativos: autuação, juntada, numeração, tramitação física e eletrônica e controle de prazos. Manual de Redação da Presidência da República: padrões de ofício, memorando, circular, despacho, ata, edital e portaria. Técnicas de atendimento ao público: acolhimento humanizado, urbanidade, comunicação assertiva e resolução de conflitos. Arquivologia prática: métodos de classificação de documentos, ciclo vital (teoria das três idades), tabela de temporalidade, conservação e descarte sustentável. Noções de compras públicas e contratações diretas na Lei Federal nº 14.133/2021. Gestão básica de materiais e patrimônio público: cadastramento, tombamento, inventário periódico e movimentação de bens móveis. Aplicação prática da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF/88). Deveres, direitos, proibições e regime disciplinar dos servidores públicos municipais. Uso de correio eletrônico institucional, planilhas eletrônicas e editores de texto no serviço público. Noções de segurança da informação: proteção de senhas, prevenção contra engenharia social e uso seguro de dispositivos. Ética no serviço público: integridade funcional, combate à corrupção e Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com alterações da Lei nº 14.230/2021). Noções de controle interno municipal e fiscalização contábil-financeira. Organização do ambiente de trabalho, gestão do tempo e controle de fluxos de tarefas. Relações interpessoais, trabalho em equipe e colaboração intersetorial. Operação de sistemas informatizados de gestão pública municipal e prontuários digitais. Governo Digital e modernização de serviços ao cidadão (Lei nº 14.129/2021). Noções básicas sobre convênios e parcerias no setor público. Protocolo e expedição de correspondências oficiais e acompanhamento de avisos de recebimento (AR). Noções sobre atos administrativos: conceito, atributos e requisitos de validade. Técnicas de apoio a reuniões: convocação, elaboração de pautas e redação de atas oficiais. Noções de cidadania e direitos fundamentais no atendimento aos municípios. Sustentabilidade na administração pública: uso consciente de insumos, papel e energia. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- BRASIL. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 10. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2020.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

2. AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

Conceitos fundamentais de zoonoses e vigilância em saúde ambiental e epidemiológica. Biologia, morfologia, hábitos e ciclo de vida do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Epidemiologia e medidas de prevenção e combate às arboviroses: Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela. Métodos de controle vetorial: controle mecânico, controle químico, controle biológico e manejo ambiental integrado. Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA/LIA): metodologia, planejamento de amostragem e cálculo de índices prediais. Uso, dosagem, acondicionamento e descarte seguro de larvicidas e inseticidas preconizados pelo Ministério da Saúde. Normas de biossegurança, paramentação e uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) na aplicação de saneantes. Vigilância e controle da Febre Maculosa: biologia de carrapatos (*Amblyomma sculptum*), hospedeiros e medidas de prevenção em áreas rurais. Vigilância epidemiológica e profilaxia da Raiva animal e humana: ciclo urbano e silvestre e conduta em agressões por mamíferos. Vigilância e controle da Leptospirose: reservatórios, desratização química e cuidados em áreas de alagamentos e enchentes. Vigilância e controle das Leishmanioses (Visceral e Tegumentar): biologia do vetor (mosquito-palha) e reservatórios domésticos e silvestres. Prevenção de acidentes por animais peçonhentos (escorpiões, aranhas, cobras e taturanas) no ambiente peridomiciliar e rural. Técnicas de visita domiciliar: comunicação educativa, abordagem respeitosa ao munícipe e manejo de recusas de entrada. Preenchimento de boletins de campo, cadastros imobiliários e fichas de vistoria diária de controle vetorial. Investigação de denúncias ambientais: terrenos baldios, ferros-velhos, borracharias, cemitérios e imóveis fechados. Atuação conjunta com as equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e

Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Notificação compulsória de agravos à saúde e fluxos de comunicação no sistema municipal de vigilância. Manejo integrado de pragas urbanas e animais sinantrópicos: pombos, morcegos, moscas e baratas. Legislação regulamentadora da profissão (Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações posteriores). Ações de educação em saúde e mobilização comunitária para eliminação de criadouros de vetores. Relações interpessoais no trabalho, respeito à privacidade do morador e ética funcional. Uso de tecnologias digitais e aplicativos de georreferenciamento em vistorias de campo. Coleta, conservação e encaminhamento de espécimes entomológicos ao laboratório de referência. Noções de primeiros socorros em caso de acidentes de trabalho com inseticidas ou mordeduras de animais. Princípios organizacionais do SUS e diretrizes da Política Nacional de Vigilância em Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Brasília: MS, 2009.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações (Regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias).
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. Culicidologia Médica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- ROUQUAYROL, Maria Zélia; GURGEL, Marcelo. Rouquayrol: Epidemiologia & Saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2017.

3. AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I (BRAÇAL MASCULINO)

Técnicas de conservação, manutenção e limpeza de vias públicas, praças, parques e cemitérios municipais. Varrição de ruas, capina manual, raspagem de sarjetas e meio-fio e remoção de entulhos e detritos. Manuseio, conservação e limpeza de ferramentas manuais: pás, enxadas, picaretas, rastelos, carrinhos de mão e alavancas. Operação e manutenção básica de ferramentas motorizadas de pequeno porte: roçadeiras costais e sopradores de folhas. Desobstrução, limpeza manual e conservação de bocas de lobo, bueiros, galerias pluviais e valetas de drenagem urbana e rural. Reparos rápidos na pavimentação viária: reassentamento de lajotas de concreto, paralelepípedos e tapa-buracos em asfalto frio. Preparo manual de argamassas e concreto: dosagens práticas (traços de areia, cimento, brita e água) para reparos em alvenaria pública. Pintura de conservação de patrimônio público: caiação de meios-fios, pintura de faixas de sinalização, bancos de praça, muros e pontes. Serviços de jardinagem e paisagismo público: plantio de mudas, podas de condução, adubação de canteiros e rega. Coleta, carregamento, transporte e descarte ambientalmente adequado de podas, galhos e entulhos de vias públicas. Ergonomia aplicada ao trabalho braçal: postura correta para levantamento e transporte manual de cargas pesadas. Uso obrigatório, conservação e fiscalização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI): botinas com biqueira, luvas, óculos, perneiras e protetores auriculares. Prevenção de acidentes de trabalho e noções das Normas Regulamentadoras de Segurança (NR-06 e NR-38). Sinalização e isolamento de segurança em intervenções e obras viárias com cones, fitas zebreadas e placas de advertência. Cuidados e procedimentos de segurança em escavação de valas, valões e trabalho em encostas e vias de tráfego intenso. Prevenção de acidentes envolvendo materiais perfurocortantes e animais peçonhentos durante a limpeza de terrenos. Guarda, lubrificação, limpeza e conferência de ferramentas e máquinas ao término do expediente de trabalho. Trabalho em equipe, relacionamento interpessoal harmônico e cumprimento da escala de serviços. Atendimento urbano e respeitoso aos munícipes durante a realização dos serviços em vias públicas. Sustentabilidade e zelo com materiais e insumos da Prefeitura, evitando desperdício de água e matéria-prima. Noções de primeiros socorros em caso de contusões, cortes, insolação e desidratação no trabalho a céu aberto. Proteção pessoal contra intempéries climáticas: hidratação contínua e uso de protetor solar e vestimenta adequada. Noções sobre descarte correto e segregação de resíduos da construção civil (RCC). Conscientização e combate a princípios de incêndio em terrenos baldios e matas públicas. Deveres e ética profissional na guarda e zelo do patrimônio público municipal.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 06 (Equipamentos de Proteção Individual - EPI).
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 38 (Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos).
- AZEREDO, Hélio Alves de. O Edifício até sua Cobertura. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.
- DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia Prática. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2012.

4. AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II (LIMPEZA FEMININO)

Conceitos, procedimentos e técnicas modernas de limpeza em prédios públicos: limpeza concorrente, terminal e de manutenção. Classificação, dosagem, diluição e uso seguro de saneantes domissanitários: detergentes neutros,

desengordurantes, desinfetantes e hipoclorito de sódio. Leitura de rótulos de produtos saneantes e interpretação de Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQs/FDS). Riscos químicos decorrentes da mistura inadequada de produtos de limpeza (como cloro com amoníaco ou álcool). Uso obrigatório, higienização, guarda e conservação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI): luvas, botas antiderrapantes e aventais. Técnicas de higienização, desinfecção e reposição de insumos em sanitários públicos coletivos, vestiários e fraldários. Varrição úmida, lavagem, secagem e conservação de diferentes tipos de pisos (cerâmicos, vinílicos, madeira e cimento queimado). Limpeza e higienização de superfícies envidraçadas, esquadrias, portas, interruptores, corrimãos e mobiliário de escritório. Coleta interna, segregação correta e descarte de resíduos comuns, recicláveis e materiais perfurocortantes. Serviços de copa em repartições públicas: preparo higiênico de café, chás e apoio na organização de reuniões administrativas. Boas práticas na manipulação de alimentos na copa: higiene pessoal, lavagem de mãos, uso de touca e controle de validade de insumos. Limpeza, desinfecção e guarda de utensílios de copa (garrafas térmicas, xícaras, bandejas e geladeiras). Controle de estoque de materiais de consumo de limpeza e copa: requisição, guarda arejada e combate ao desperdício. Ergonomia física no trabalho de limpeza: postura correta no manuseio de mops, vassouras e levantamento de baldes pesados para prevenção de lesões. Protocolos específicos de higienização em escolas e postos de saúde: desinfecção de carteiras, brinquedos e bancadas de atendimento. Noções básicas de prevenção e combate a princípios de incêndio em edifícios públicos e uso de extintores portáteis. Procedimentos de abertura, arejamento e fechamento seguro de repartições municipais. Relações interpessoais no trabalho, urbanidade, trabalho em equipe e respeito à hierarquia. Conduta ética, discrição e sigilo em relação a documentos e rotinas observadas no ambiente funcional. Práticas de sustentabilidade predial: técnicas de economia de água potável, redução do uso de descartáveis plásticos e economia de energia. Prevenção de acidentes de trabalho com quedas em pisos molhados e sinalização com placas de piso escorregadio. Cuidados especiais no manuseio e descarte de sacos de lixo contendo vidros quebrados ou objetos pontiagudos. Atendimento cordial e acolhedor a munícipes e servidores municipais.

Referências Bibliográficas:

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Limpeza e Desinfecção de Superfícies. Brasília: Anvisa, 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 06 (Equipamentos de Proteção Individual).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RDC nº 216/2004). Brasília: Anvisa, 2004.
- DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia Prática. São Paulo: Blucher, 2012.

5. AGENTE DE ESPORTES

Fundamentos teóricos e metodológicos da iniciação esportiva para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Regras oficiais, fundamentos técnicos e arbitragem das modalidades esportivas coletivas: Futsal, Futebol de Campo, Voleibol, Basquetebol e Handebol. Práticas corporais contemporâneas e modalidades individuais: Atletismo, Corrida de Rua, Ciclismo e Ginástica Funcional comunitária. Planejamento, organização e execução de eventos esportivos municipais: campeonatos, copas municipais, torneios escolares e jogos comunitários. Elaboração de regulamentos técnicos e disciplinares de competições esportivas e montagem de tabelas de jogos (sistemas de eliminatórias e turno/retorno). Conservação, fiscalização e gestão de praças esportivas, ginásios municipais, campos de futebol e quadras poliesportivas. Controle de estoque, guarda, conferência e conservação de materiais esportivos: bolas, redes, cones, coletes e cronômetros. Desenvolvimento de programas de esporte e atividade física voltados à terceira idade e promoção do envelhecimento ativo. Inclusão e adaptação esportiva para pessoas com deficiência: fundamentos do paradesporto comunitário e jogos adaptados. Noções de primeiros socorros em acidentes e lesões esportivas: contusões, entorses, luxações, fraturas, desmaios, insolação e manobras de RCP. Prevenção de lesões no esporte amador: aquecimento, exercícios de flexibilidade e orientações sobre hidratação. Ética esportiva, respeito às decisões de arbitragem, combate à violência entre torcidas e promoção da cultura de paz. Projetos esportivos sociais como instrumento de prevenção ao uso de drogas e fortalecimento de vínculos comunitários. Planejamento e mediação de atividades de lazer, recreação e colônias de férias escolares municipais. Captação de parcerias esportivas e articulação de projetos locais com a Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Promoção da saúde coletiva e combate ao sedentarismo infantil e juvenil por meio de escolinhas esportivas municipais. Comunicação, divulgação esportiva e mobilização da comunidade esportiva por meio de mídias institucionais. Mediação de conflitos e gerenciamento de tensões em partidas esportivas competitivas. Políticas públicas municipais de esporte e lazer articuladas com as secretarias de Educação e Saúde. Legislação esportiva nacional: Lei Geral do Esporte (Lei Federal nº 14.597/2023) e diretrizes do esporte educacional e de participação. Organização de festivais de jogos cooperativos e tradicionais de rua resgatando a cultura lúdica local. Princípios de liderança comunitária, motivação de equipes esportivas e trabalho em equipe multiprofissional. Noções de fisiologia do exercício voltadas para a intensidade de treinos amadores em diferentes faixas etárias. Elaboração de relatórios descritivos de atividades, controle de frequência de participantes e avaliação de programas esportivos. Zelo pelo patrimônio público esportivo e uso racional de recursos e instalações municipais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte).
- BOMPA, Tudor O. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da Animação: Lazer e Recreação. Campinas: Papirus, 2012.

- TUBINO, Manoel José Gomes. O Esporte no Brasil: do Período Colonial a Nossos Dias. São Paulo: Ibrasa, 2007.
- GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino. Iniciação Esportiva Universal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

6. AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Rotinas de apoio administrativo em repartições públicas municipais: triagem, recebimento e encaminhamento de processos. Atendimento presencial, telefônico e eletrônico ao cidadão: regras de cortesia, presteza, escuta ativa e comunicação clara. Estrutura e redação de documentos oficiais simples: memorandos, ofícios, circulares, editais, declarações e avisos internos. Noções de técnicas de arquivamento: classificação alfabética, cronológica, numérica e temática, guarda e localização rápida de papéis. Gestão de suprimentos de escritório: controle de entradas e saídas de materiais no almoxarifado, requisições e reposição de estoque. Operação e manutenção básica de máquinas de escritório: computadores, impressoras multifuncionais e scanners. Noções de informática: utilização de navegadores de internet, correio eletrônico institucional e processadores de texto e planilhas eletrônicas. Aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) nas rotinas de orientação ao cidadão. Noções sobre tratamento de dados pessoais e sigilo em arquivos públicos municipais sob a égide da LGPD (Lei nº 13.709/2018). Apoio na montagem, conferência e instrução de processos administrativos de compras e pagamentos. Organização de reuniões de trabalho: preparação da sala, distribuição de pautas e redação de atas simplificadas. Noções de serviços de protocolo: recebimento de petições, numeração de processos, juntada de documentos e certidão de folhas. Organização do posto de trabalho, métodos de produtividade e cumprimento dos prazos regulamentares. Relações interpessoais no trabalho, urbanidade, trabalho em equipe e cooperação entre departamentos municipais. Princípios éticos no serviço público: probidade, honestidade funcional e não utilização de bens públicos para fins privados. Noções básicas de cidadania, direitos fundamentais dos munícipes e papel do servidor no fortalecimento dos serviços públicos. Serviços de correios e malote: endereçamento correto de correspondências oficiais e conferência de avisos de recebimento (AR). Noções sobre atos administrativos básicos: conceito, requisitos e atributos. Atendimento humanizado a idosos, gestantes e pessoas com deficiência, respeitando as normas de prioridade legal. Gestão de cadastros municipais: digitação, atualização de dados de contribuintes e conferência documental. Uso consciente de materiais de consumo no escritório e práticas de sustentabilidade no serviço público. Noções de controle interno municipal e prevenção de erros em rotinas administrativas. Postura funcional: pontualidade, assiduidade e colaboração com as diretrizes da chefia imediata. Organização de arquivos digitais em pastas compartilhadas na rede interna municipal com critérios de padronização de nomes. Apoio na expedição de certidões e declarações funcionais e cadastrais simples. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2021.
- MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. Manual da Secretária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

7. AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Regulamentação profissional e atribuições do Auxiliar de Saúde Bucal segundo a Lei Federal nº 11.889/2008 e Código de Ética Odontológica. Biossegurança no consultório odontológico: precauções padrão, controle de infecção cruzada e paramentação com EPIs adequados. Processamento de artigos odontológicos: limpeza manual e ultrassônica, desinfecção química, secagem, empacotamento e selagem. Monitoramento dos ciclos de esterilização em autoclave a vapor por meio de indicadores físicos, químicos e biológicos. Higienização e desinfecção de superfícies operatórias, equipo odontológico, cuspideira, refletores e linhas de água entre atendimentos. Princípios de ergonomia em odontologia: trabalho a quatro mãos, posicionamento da equipe, transferência de instrumentos e apoio articular. Identificação, montagem de bandejas clínicas e manutenção do instrumental odontológico (clínica geral, dentística, endodontia e cirurgia). Manipulação e preparo correto de materiais dentários restauradores e protéticos: alginato, gesso, cimentos de ionômero de vidro e resinas compostas. Manipulação de cimentos odontológicos temporários: óxido de zinco e eugenol (OZE), hidróxido de cálcio e fosfato de zinco. Revelação, fixação, lavagem, secagem e conservação de radiografias periapicais e interproximais convencionais e apoio em radiografia digital. Anatomia dentária básica, faces dos dentes e sistemas de notação dentária gráfica (FDI) para preenchimento de odontogramas. Assistência ao cirurgião-

dentista durante os atos clínicos: aspiração cirúrgica de alta potência, retração de tecidos e iluminação do campo. Gestão e organização do estoque de insumos odontológicos: controle de datas de validade, temperatura de armazenamento e pedidos de reposição. Descarte seguro de resíduos odontológicos conforme a RDC ANVISA nº 222/2018: segregação de pérfuro-cortantes e resíduos com amálgama/mercúrio. Atuação do ASB na Estratégia Saúde da Família (ESF) e Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente). Ações coletivas de educação em saúde bucal: escovação supervisionada, evidênciação de placa bacteriana e aplicação tópica de flúor sob orientação. Manutenção preventiva e conservação diária de equipamentos odontológicos: lubrificação de canetas de alta e baixa rotação e limpeza de filtros. Atendimento acolhedor e humanizado a pacientes com fobia odontológica, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Preenchimento de prontuários clínicos e operação do módulo odontológico do Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS APS/PEC). Noções de primeiros socorros no consultório dentário: identificação precoce e apoio em lipotimias, síncope e reações alérgicas. Ética profissional, preservação do sigilo médico-odontológico e respeito aos direitos do paciente no SUS. Limpeza e desinfecção de moldes, modelos de gesso e próteses dentárias antes do envio ao laboratório protético. Conscientização sobre a importância do uso racional de água e energia elétrica no consultório odontológico municipal. Trabalho em equipe multiprofissional na Unidade Básica de Saúde, comunicação assertiva e respeito à hierarquia técnica. Procedimentos de descarte e acondicionamento de agulhas e lâminas em caixas coletoras de perfurocortantes. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 17: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos. Brasília: Anvisa, 2006.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.889/2008 (Regulamenta o exercício das profissões de TSB e ASB).
- GUANDALINI, Silvio Luís et al. Biossegurança em Odontologia. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.
- MALAMED, Stanley F. Emergências Médicas em Odontologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

8. AUXILIAR TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO

Leitura, interpretação e compatibilização de projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias. Normas técnicas da ABNT aplicadas ao desenho técnico e à construção civil (NBR 6492, NBR 9050, entre outras). Operação de ferramentas de desenho assistido por computador (AutoCAD 2D) e noções de visualização em plataformas BIM. Propriedades e controle tecnológico dos materiais de construção: cimentos, agregados, cal, argamassas, concretos, aços e tijolos. Ensaio tecnológicos básicos no canteiro de obras: ensaio de abatimento de tronco de cone (*slump test*) e moldagem de corpos de prova. Apoio em levantamentos topográficos: manuseio de trena, balizas, níveis ópticos/laser e leitura de plantas planialtimétricas. Métodos de locação de obras: montagem de gabaritos, marcação de estacas, eixos e esquadros de paredes. Acompanhamento de etapas construtivas: fundações diretas e profundas, estruturas de concreto armado e alvenarias estruturais e de vedação. Instalações hidrossanitárias prediais: traçado e conexão de tubulações de água fria, esgoto sanitário, caixas de gordura e caixas de inspeção. Instalações elétricas prediais básicas: circuitos de iluminação, tomadas de uso geral, condutores elétricos, disjuntores e aterramento. Técnicas de impermeabilização em fundações, vigas baldrame, lajes expostas e áreas molhadas para prevenção de umidade. Acabamentos na construção civil: técnicas de chapisco, emboço, reboco, contrapiso, assentamento de revestimentos cerâmicos e pintura. Acessibilidade arquitetônica em edifícios públicos municipais: dimensionamento de rampas, corrimãos e sanitários adaptados (NBR 9050). Levantamento de quantitativos de materiais e serviços para alimentação de planilhas orçamentárias (referenciais SINAPI). Acompanhamento e registro diário de obras públicas: preenchimento de diário de obra com efetivo, maquinário e condições de tempo. Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção civil conforme a Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) e uso de EPIs. Identificação visual e registro de patologias nas edificações públicas: fissuras, trincas, eflorescências, bolores e infiltrações. Noções sobre o Código de Obras Municipal e exigências urbanísticas para aprovação de reformas e novas construções. Trabalho em equipe, relacionamento profissional com engenheiros e mestres de obras e atendimento a municípios. Gestão sustentável de Resíduos da Construção Civil (RCC) no canteiro de obras conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002. Fiscalização das condições de armazenagem e conservação de cimento, cal e materiais no almoxarifado de obras. Manutenção predial preventiva: verificação periódica de telhados, calhas, rufos e sistemas de escoamento pluvial. Conhecimento básico sobre estruturas de cobertura: tesouras de madeira e metálicas, tipos de telhas e encaixes. Noções de primeiros socorros em canteiros de obras da construção civil: quedas, cortes e choques elétricos. Ética profissional e zelo pela qualidade técnica e segurança nas obras e manutenções prediais da Prefeitura. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas.

Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- AZEREDO, Hélio Alves de. O Edifício até sua Cobertura. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1997.
- BAUER, L. A. Falcão. Materiais de Construção. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção).
- YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. 14. ed. São Paulo: Pini, 2016.

9. AUXILIAR TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Conceito, finalidade, objeto e campo de aplicação da Contabilidade Geral e da Contabilidade Pública. Estrutura do patrimônio: ativo, passivo, patrimônio líquido e equação fundamental do patrimônio. Teoria das contas: plano de contas, classificação, função e natureza das contas patrimoniais e de resultado. Método das partidas dobradas: mecanismos de débito, crédito e lançamentos contábeis típicos. Livros de escrituração contábil e fiscal: Diário, Razão, Livro Caixa e livros auxiliares de controle. Balancete de verificação: conceito, elaboração, conferência de saldos e identificação de erros de lançamentos. Noções de Receitas Públicas na Lei nº 4.320/1964: classificação orçamentária e fases da receita (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento). Noções de Despesas Públicas na Lei nº 4.320/1964: classificação orçamentária e fases da despesa (fixação, empenho, liquidação e pagamento). Documentos de suporte contábil no setor público: notas fiscais eletrônicas, recibos, folhas de pagamento e ordens de pagamento. Conferência, organização, autuação e arquivamento físico e digital de comprovantes de despesas públicas municipais. Noções sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): subsistemas orçamentário, patrimonial e de controle. Conciliação bancária: conferência de extratos de contas correntes e aplicações da Prefeitura com os registros contábeis. Noções sobre retenções tributárias na fonte realizadas pela administração pública municipal (IRRF, INSS e ISSQN). Diferenciação técnica entre o regime de caixa e o regime de competência na escrituração contábil. Noções de depreciação, amortização e exaustão aplicadas ao ativo imobilizado municipal. Operação de softwares de contabilidade pública e sistemas de gestão financeira municipal. Apoio técnico na elaboração das demonstrações contábeis básicas: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial. Organização e instrução de processos de prestação de contas de adiantamentos e suprimentos de fundos municipais. Atendimento a fornecedores e credores da Prefeitura para esclarecimento sobre cronogramas de liquidação e pagamentos. Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Código de Ética Profissional do Contador e Técnico em Contabilidade. Transparência na gestão fiscal: fornecimento de dados contábeis para o Portal da Transparência municipal e cumprimento da LRF. Noções de controle interno contábil e prevenção de inconformidades em processos de liquidação de despesas. Conferência de saldos de Restos a Pagar processados e não processados em relatórios contábeis. Escrituração e controle contábil de cauções e garantias contratuais depositadas por licitantes. Zelo pela guarda e segurança documental de processos contábeis destinados à auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília: CFC, 2021.
- MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

10. ADVOGADO

Teoria da Constituição, direitos e garantias fundamentais, controle de constitucionalidade e organização do Estado federado brasileiro. Organização dos Poderes municipais: funções do Poder Executivo e Legislativo, processo legislativo municipal e competências do art. 30 da CF/88. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com alterações da Lei nº 14.230/2021): caracterização do dolo, sanções e rito processual. Processo Administrativo Municipal: devido processo legal, contraditório, ampla defesa e condução de sindicâncias e Processos Disciplinares (PAD). Desapropriação por utilidade pública e interesse social: procedimentos administrativos, indenizações prévias e ações judiciais expropriatórias. Bens públicos municipais: afetação, desafetação, regime jurídico de alienação, concessão, permissão e cessão de uso de bens públicos. Responsabilidade civil extracontratual do Estado: teoria do risco administrativo, hipóteses de culpa concorrente ou exclusiva e direito de regresso. Regime jurídico dos servidores municipais: concurso público, estabilidade, acumulação de cargos e teto remuneratório constitucional. Sistema Tributário Nacional: princípios tributários, limitações constitucionais ao poder de tributar e espécies tributárias municipais (IPTU, ISSQN, ITBI e taxas). Código Tributário Nacional: fato gerador, sujeição passiva, obrigação tributária, lançamento, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Certidão de Dívida Ativa (CDA) e Execução Fiscal municipal (Lei Federal nº 6.830/1980): rito processual, embargos, exceção de pré-executividade e protesto. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): limites de despesa com pessoal, endividamento, renúncia de receita e restos a pagar. Direito Processual Civil aplicado à Fazenda Pública: prerrogativas processuais, prazos, tutelas de urgência, recursos cíveis e execução contra a Fazenda (precatórios e RPVs). Ações constitucionais no âmbito municipal: Mandado de Segurança, Ação Civil Pública, Ação Popular e Ação de Improbidade Administrativa. Direito Ambiental Municipal: competências no licenciamento ambiental (LC nº 140/2011), Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal nº 8.069/1990): medidas de proteção, ato infracional, Conselho Tutelar e atuação da rede de proteção. Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013): princípios, direitos fundamentais da juventude e políticas públicas municipais integradas. Legislação Orgânica da Saúde e Educação: competências municipais no SUS (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) e diretrizes da LDB (Lei nº 9.394/96 e FUNDEB). Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001): diretrizes da política urbana municipal, plano diretor e instrumentos de indução do desenvolvimento urbano. Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906/1994) e Código de Ética e Disciplina da OAB: prerrogativas, sigilo profissional e atuação do procurador municipal. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- BRASIL. Lei Federal nº 8.429/1992 e Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- BRASIL. Lei Federal nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- BRASIL. Lei Federal nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude).
- BRASIL. Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Complementar nº 140/2011 (Direito Ambiental).
- BRASIL. Lei Federal nº 8.080/1990 e Lei Federal nº 8.142/1990 (Legislação do SUS).
- BRASIL. Lei Federal nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

11. ASSISTENTE SOCIAL

Fundamentos teóricos, históricos e metodológicos do Serviço Social e o projeto ético-político profissional contemporâneo. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal nº 8.662/1993). Sistema Único de Assistência Social (SUAS): princípios, diretrizes, matricialidade sociofamiliar e níveis de proteção básica e especial de média e alta complexidade. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS). Organização, funcionamento e trabalho técnico interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no CREAS. Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: entrevista, acolhimento, visita domiciliar, estudo social, laudo pericial, relatório e parecer social. Elaboração, execução e monitoramento do Plano de Acompanhamento Familiar e acolhimento socioassistencial humanizado. Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA - Lei Federal nº 8.069/1990): medidas de proteção, acolhimento familiar/institucional e combate ao abuso e exploração sexual. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003): direitos fundamentais, combate à violência contra a pessoa idosa e serviços de convivência. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015): acessibilidade, inclusão comunitária e Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). Programas de transferência condicionada de renda no Brasil: Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e Programa Bolsa Família. Atuação do Serviço Social em situações de calamidade pública, desastres socioambientais e emergências habitacionais municipais. Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres: aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) na rede municipal. Articulação intersetorial: atuação integrada em rede com a Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário. Formulação, gestão, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos sociais no âmbito da Prefeitura. Trabalho social com famílias e grupos de convivência comunitária: técnicas de mediação grupal e fortalecimento de vínculos afetivos e sociais. Direitos humanos, cidadania, diversidade sexual e de gênero e combate a todas as formas de preconceito e discriminação no atendimento público. Controle social e gestão democrática na assistência social: funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Conferências Municipais. Registro documental, sigilo profissional sobre informações íntimas dos usuários e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Análise crítica da questão social no Brasil contemporâneo: pobreza rural e urbana, desemprego, moradia e desafios da seguridade social. Atuação do assistente social no âmbito da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e regularização fundiária urbana (REURB). Abordagem social e atendimento a populações em situação de rua ou de itinerância no território municipal. Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Organização e alimentação de sistemas de informação socioassistencial federais e estaduais (CadÚnico e RMA). Supervisão de estagiários de Serviço Social em consonância com as diretrizes normativas do CFESS/CRESS.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 2018.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2014.

12. CONTADOR

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estrutura conceitual da contabilidade pública: características qualitativas da informação e elementos fundamentais das demonstrações contábeis. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): estrutura das contas patrimoniais, orçamentárias e de controle e regras de lançamentos contábeis. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da STN: regras de escrituração contábil e eventos contábeis típicos da administração municipal. Ciclo orçamentário público: planejamento, elaboração, votação, execução e avaliação do Plano Plurianual (PPA), LDO e Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública na Lei nº 4.320/1964: classificação orçamentária, estágios (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento) e deduções do FUNDEB. Despesa Pública na Lei nº 4.320/1964: classificação programática, estágios (fixação, empenho, liquidação e pagamento) e Restos a Pagar. Créditos adicionais: modalidades (suplementares, especiais e extraordinários), fontes legais de abertura e limites quantitativos da lei orçamentária. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP): elaboração e análise do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método direto no setor público. Elaboração e divulgação das Notas Explicativas que acompanham as demonstrações contábeis municipais. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): limites de despesa total com pessoal, despesa com seguridade e vedações de fim de mandato. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF): prazos, demonstrativos obrigatórios e controle de limites. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e envio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC). Gestão e escrituração patrimonial pública: mensuração de ativos imobilizados, reavaliação periódica, redução ao valor recuperável (*impairment*) e depreciação. Contabilização de operações de crédito, dívida consolidada, dívida flutuante e disponibilidade de caixa líquida municipal. Retenções tributárias e previdenciárias e cumprimento de obrigações acessórias públicas: EFD-Reinf, DCTFWeb, eSocial e PASEP. Acompanhamento e controle dos limites mínimos constitucionais de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (LC nº 141/2012) e FUNDEB. Procedimentos e requisitos documentais para instauração, instrução e encerramento de Tomada de Contas Especial (TCE). Sistema de custos no setor público: mensuração, acumulação e apropriação de custos de serviços públicos municipais para tomada de decisão. Código de Ética Profissional do Contador e responsabilidade técnica e legal pelo balanço geral da Prefeitura. Auditoria e atendimento a diligências e auditorias de contas anuais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Procedimentos de encerramento do exercício financeiro: apuração do superávit/déficit financeiro e patrimonial e destinação de fontes. Transparência contábil ativa e consolidação de dados orçamentários para consulta pública em portais governamentais. Conciliação diária de

contas bancárias vinculadas e contas de recursos livres da administração municipal. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Edição vigente.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP - Estrutura Conceitual e Normas vigentes.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2016.
- SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 2013.

13. CONTROLADOR INTERNO

Sistema de Controle Interno na Administração Pública: fundamentos constitucionais (arts. 31, 70 e 74 da CF/88) e o modelo das três linhas do IIA. Competências institucionais e atuação da Controladoria Interna Municipal: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Normas de auditoria governamental (NAGs) e Normas Brasileiras de Auditoria Interna (NBC TI e NBC TA) no setor público. Planejamento estratégico de auditoria interna: mapeamento de processos, matriz de avaliação de riscos (COSO ERM) e elaboração do PAINT. Execução de auditorias de conformidade (legalidade), auditorias operacionais e avaliações de desempenho da gestão pública municipal. Técnicas e procedimentos de auditoria governamental: testes substantivos, testes de controle, amostragem em auditoria e validação de evidências. Estrutura de achados de auditoria: formulação técnica de condição, critério, causa e efeito, e proposição de recomendações saneadoras. Emissão de relatórios de auditoria interna, notas técnicas preventivas e parecer conclusivo sobre as contas anuais de governo do Prefeito. Controle da legalidade em licitações e contratações na Lei nº 14.133/2021: fiscalização de termos de referência, governança e gestão contratual. Fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): limites de gastos com pessoal, dívida pública e restos a pagar. Monitoramento da aplicação dos limites mínimos constitucionais em Educação (art. 212 da CF) e Saúde (art. 77 do ADCT e LC nº 141/2012). Auditoria na folha de pagamento municipal: controle de acúmulo de cargos públicos, concessão de diárias, gratificações, horas extras e teto salarial. Fiscalização patrimonial e de almoxarifado: inventário físico periódico de bens móveis e imóveis, controle de combustíveis e uso da frota. Instauração, fiscalização e emissão de relatório de auditoria em processos de Tomada de Contas Especial (TCE). Acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras fixadas no Plano Plurianual (PPA), LDO e LOA. Transparência pública e controle social: monitoramento contínuo do Portal da Transparência, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e LAI. Implantação e monitoramento de programas municipais de integridade (*compliance* público), código de conduta ética e canais de ouvidoria. Auditoria e acompanhamento da prestação de contas de convênios, consórcios intermunicipais e transferências voluntárias (Transferegov). Fiscalização da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) nas repartições municipais. Relacionamento institucional com o controle externo: atendimento a diligências, auditorias e decisões do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC). Fiscalização de concessões e permissões de serviços públicos municipais e parcerias com o terceiro setor (MROSC - Lei nº 13.019/2014). Avaliação de controles internos nas rotinas de arrecadação de tributos próprios e cobrança da dívida ativa municipal. Prevenção e combate à fraude e à corrupção: cooperação técnica com o Ministério Público e aplicação da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Técnicas de monitoramento do cumprimento das recomendações e determinações expedidas pela própria Controladoria e pelo TCE/SC. Postura ética, independência técnica, sigilo profissional e dever de comunicação de irregularidades sob pena de responsabilidade solidária. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 70 a 74).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF).
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Referencial de Controle Interno. Brasília: TCU, 2014.
- CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2018.
- PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2014.

14. ENFERMEIRO

Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e Consulta de Enfermagem segundo normas do COFEN: coleta de dados, diagnósticos, intervenções e avaliação. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) e legislação do exercício profissional (Lei Federal nº 7.498/1986). Atenção Primária à Saúde: atuação na Estratégia Saúde da Família (ESF), cadastramento territorial, visita domiciliar e diagnóstico comunitário. Assistência de enfermagem à saúde da mulher: pré-natal de risco habitual, acolhimento ao puerpério, incentivo ao aleitamento materno e citopatológico do colo uterino. Planejamento sexual e reprodutivo: métodos contraceptivos, abordagem síndrome de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e testes rápidos (HIV, Sífilis, Hepatites). Assistência de enfermagem à saúde da criança: puericultura, vigilância do crescimento (curvas da OMS), marcos do desenvolvimento neuropsicomotor e triagens neonatais. Programa Nacional de Imunizações (PNI): Calendário Nacional de Vacinação vigente, tipos de imunobiológicos, técnicas de aplicação, cadeia de frio e eventos adversos. Assistência de enfermagem aos portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs): Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus e risco cardiovascular. Avaliação, prevenção e tratamento integral de feridas: estadiamento de Lesões por Pressão (LPP), feridas vasculogênicas, desbridamento mecânico/químico e coberturas interativas. Assistência de enfermagem à saúde da pessoa idosa: Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa na APS, prevenção de quedas e identificação de declínio cognitivo. Assistência de enfermagem em Saúde Mental: acolhimento da crise na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), matriciamento e redução de danos. Assistência de enfermagem nas urgências e emergências clínicas e traumáticas: Suporte Básico (BLS) e Avançado de Vida (ACLS/PHTLS), abordagem de PCR, IAM e AVC. Segurança do paciente e prevenção de IRAS: protocolos de higienização das mãos, identificação correta do paciente e prevenção de quedas. Manejo seguro de cateterismos vasculares periféricos, sondagem nasogástrica/nasoenteral e cateterismo vesical de demora e alívio (técnicas assépticas). Gerenciamento em enfermagem: liderança da equipe de saúde, dimensionamento de pessoal, supervisão dos técnicos de enfermagem e gestão de insumos. Vigilância epidemiológica municipal: investigação e bloqueio de doenças de notificação compulsória imediata e semanal e alimentação de sistemas de informação. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) na unidade de saúde segundo a RDC ANVISA nº 222/2018. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no âmbito da enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Registro técnico em prontuário eletrônico (e-SUS APS/PEC), auditoria de enfermagem e proteção de dados de saúde do usuário (LGPD). Atuação interdisciplinar com a equipe multiprofissional, comunicação assertiva e construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Atendimento e acolhimento com classificação de risco em serviços municipais de pronto atendimento e UBSs. Manejo e administração segura de antimicrobianos e vigilância contra a resistência microbiana na comunidade. Cuidados paliativos na Atenção Primária: controle de dor, conforto domiciliar e apoio à família do paciente terminal. Assistência à saúde do homem: ações educativas preventivas contra o câncer de próstata e adesão aos serviços da atenção primária. Educação permanente em saúde da equipe de enfermagem municipal: metodologias ativas e melhoria dos processos de trabalho. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica (coleção completa). Brasília: Ministério da Saúde.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem).
- BRASIL. Lei Federal nº 7.498/1986 (Regulamenta o Exercício da Enfermagem).
- BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
- POTTER, Patricia A. et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

15. ENGENHEIRO CIVIL

Elaboração, análise e compatibilização de projetos civis municipais: projetos arquitetônicos, estruturais, fundações, hidrossanitários, elétricos e drenagem. Orçamento de obras públicas: levantamento de quantitativos, custos unitários, aplicação de tabelas referenciais (SINAPI/SICRO), cálculo do BDI e encargos sociais. Fiscalização e controle tecnológico de obras públicas: ensaios de compressão axial de concreto, compactação de solos e conferência de medições para liberação de pagamentos. Mecânica dos solos e obras de terra: sondagens à percussão (SPT), estabilidade de taludes.

dimensionamento de muros de arrimo e terraplenagem viária. Estruturas de concreto armado segundo a NBR 6118 da ABNT: dimensionamento de lajes, vigas, pilares, detalhamento de armaduras, cura e controle de fissuração. Tecnologia dos materiais de construção: propriedades do cimento Portland, agregados graúdos e miúdos, adições, aditivos químicos e aços estruturais. Diagnóstico, manutenção e recuperação de patologias estruturais e prediais: corrosão de armaduras, umidade, trincas térmicas e recalques de fundação. Projetos e instalações prediais de água fria (NBR 5626), esgotamento sanitário (NBR 8160) e combate a incêndio e pânico (PPCI) conforme normas do CBM/SC. Acessibilidade arquitetônica e urbanística a pessoas com deficiência segundo a NBR 9050 da ABNT e legislação federal correlata. Topografia e geodésia aplicadas a obras civis: nivelamento geométrico, levantamentos planialtimétricos, cálculo de volumes de corte e aterro e uso de GNSS. Drenagem urbana e manejo de águas pluviais: microdrenagem, dimensionamento hidráulico de bueiros, galerias de concreto, bocas de lobo e contenção de cheias. Pavimentação urbana e rodoviária: preparação de subleito, bases de brita graduada, pavimentos asfálticos (CBUQ) e pavimentos intertravados de blocos de concreto. Sistemas municipais de saneamento básico: captação, adução, reservação e redes de água tratada, e redes coletoras de esgoto e ETEs compactas. Planejamento urbano municipal: aplicação do Plano Diretor Municipal, parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979) e fiscalização do Código de Obras. Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e fiscalização de PGRCC em canteiros. Segurança e saúde no trabalho na construção civil conforme a Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) e uso obrigatório de EPCs e EPIs. Modelagem da Informação da Construção (BIM) aplicada ao setor público e ferramentas de desenho assistido por computador (AutoCAD 2D e 3D). Elaboração de laudos de vistoria técnica, perícias judiciais e administrativas e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA). Ética profissional, legislação do Sistema CONFEA/CREA e responsabilidade civil e penal do engenheiro civil na gestão de recursos públicos. Manutenção predial preventiva em escolas e postos de saúde municipais conforme as diretrizes da NBR 5674 da ABNT. Avaliação de imóveis urbanos e rurais para fins de desapropriação amigável ou judicial segundo a NBR 14653. Conhecimento sobre estruturas de madeira e metálicas para coberturas e galpões públicos. Gestão de cronogramas físico-financeiros em obras públicas por meio de diagramas de barras (Gráficos de Gantt) e curvas S. Noções de drenagem e conservação de estradas rurais não pavimentadas: caixas de contenção de água e saídas laterais. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6118 (Estruturas de Concreto Armado); NBR 9050 (Acessibilidade); NBR 5674 (Manutenção de Edificações). Rio de Janeiro: ABNT.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos).
- BRASIL. Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).
- BAUER, L. A. Falcão. Materiais de Construção. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MATTOS, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. 2. ed. São Paulo: Pini, 2014.
- YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. 14. ed. São Paulo: Pini, 2016.

16. FARMACÊUTICO

Ciclo da Assistência Farmacêutica no SUS: seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação técnica de medicamentos. Componentes da Assistência Farmacêutica: Básico, Estratégico e Especializado (CEAF) e aplicação da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Farmácia Clínica e Cuidado Farmacêutico na Atenção Primária: conciliação medicamentosa, revisão da farmacoterapia, consulta farmacêutica e seguimento do paciente. Farmacologia clínica aplicada às DCNTs: anti-hipertensivos, antidiabéticos orais, insulinas, hipolipemiantes e psicofármacos da atenção básica. Boas Práticas de Dispensação de Medicamentos segundo a Resolução RDC ANVISA nº 44/2009 e acolhimento farmacêutico humanizado. Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações: controle, escrituração, guarda de medicamentos sujeitos a controle especial e tipos de receituários. Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e rastreabilidade sanitária de medicamentos na rede pública. Armazenamento técnico e cadeia de frio para conservação de medicamentos termolábeis e imunobiológicos (monitoramento térmico e contingências). Gestão logística de estoques farmacêuticos municipais: estoque de segurança, ponto de pedido, curva ABC e controle de validade pelo método PVPS/FEFO. Farmacovigilância, tecnovigilância e notificação compulsória de queixas técnicas e reações adversas na plataforma VigiMed da ANVISA. Promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) e combate à automedicação irresponsável e intoxicações medicamentosas na comunidade. Intercambiabilidade entre medicamentos de referência, genéricos e similares: critérios técnicos de equivalência terapêutica e bioequivalência. Atenção farmacêutica em doenças infectocontagiosas

prevalentes: protocolos de tratamento da Tuberculose, Hanseníase, ISTs e profilaxias PEP e PrEP. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e práticas integrativas aplicadas à farmácia comunitária do SUS. Interpretação clínica de exames laboratoriais básicos para avaliação da segurança e eficácia de tratamentos farmacológicos contínuos. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde aplicado a medicamentos vencidos, avariados e contaminados (RDC ANVISA nº 222/2018). Operação de sistemas informatizados de gestão farmacêutica pública: módulo de dispensação do e-SUS APS/PEC e sistema Hórus. Acolhimento, comunicação assertiva e educação em saúde para pacientes idosos, polimedicados e portadores de doenças crônicas. Código de Ética Farmacêutica (Resoluções do CFF) e atribuições clínicas do farmacêutico regulamentadas pelas Resoluções CFF nº 585 e nº 586/2013. Atuação interdisciplinar com a equipe multiprofissional da Atenção Básica (eMulti) na resolução de problemas relacionados a medicamentos (PRMs). Noções de farmácia hospitalar aplicadas a unidades de pronto atendimento municipal e suporte a medicamentos injetáveis. Vigilância e controle sanitário de drogarias e estabelecimentos farmacêuticos no território municipal. Políticas públicas de saúde voltadas para o Programa Farmácia Popular do Brasil e integração com a rede municipal de saúde. Gestão de perdas, quebras, avarias e processos de recolhimento de lotes (*recall*) de medicamentos. Formação e participação na Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) municipal para atualização da REMUME. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília: Ministério da Saúde.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução CFF nº 585/2013 e Resolução CFF nº 586/2013.
- BRASIL. Portaria SVS/MS nº 344/1998 e Resolução RDC ANVISA nº 44/2009.
- GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019.
- RANG, H. P. et al. Rang & Dale: Farmacologia. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

17. FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Poder de polícia municipal aplicado a obras, urbanismo e posturas públicas: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade dos atos fiscais. Fiscalização e aplicação do Plano Diretor Municipal, Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e parcelamento urbano (Lei Federal nº 6.766/1979). Fiscalização de edificações particulares e públicas: verificação de alvarás de construção, habite-se, certidões de alinhamento e licenças de demolição. Procedimentos formais da fiscalização: vistoria *in loco*, notificação preliminar, auto de infração, embargo de obra, interdição e demolição administrativa. Código de Obras Municipal: recuos frontais e laterais, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, ventilação e iluminação das edificações. Normas de acessibilidade arquitetônica e urbanística segundo a NBR 9050 da ABNT e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Fiscalização de posturas municipais: desobstrução de passeios públicos, calçadas, sarjetas, praças e áreas verdes de uso comum. Fiscalização e controle da poluição visual e publicidade externa: placas, outdoors, faixas, letreiros luminosos e painéis em logradouros. Fiscalização de terrenos baldios particulares e públicos: notificação para capina, limpeza, remoção de entulhos e construção de calçadas e muros. Controle e fiscalização da poluição sonora e emissão de ruídos em estabelecimentos comerciais, oficinas, templos religiosos e eventos festivos. Fiscalização do comércio ambulante e feiras livres: verificação de licenças de localização, ocupação permitida do solo e condições gerais. Combate e prevenção a invasões e ocupações irregulares em áreas públicas, de mananciais e Áreas de Preservação Permanente (APPs urbanas). Segurança nos canteiros de obras: sinalização de proteção para pedestres, tapumes, telas de proteção de fachada e uso regulamentar da via pública. Instrução processual administrativa de fiscalização: atendimento aos princípios do contraditório, ampla defesa e controle de prazos recursais. Leitura e interpretação de plantas arquitetônicas, memoriais descritivos, projetos de loteamento e croquis topográficos durante as vistorias fiscais. Identificação visual de situações de risco geológico e estrutural em edificações e encostas e articulação com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Aplicação de dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro relativos ao depósito indevido de materiais e entulhos no leito de vias públicas. Atendimento a denúncias da comunidade pelo canal de Ouvidoria municipal e elaboração de relatórios técnicos circunstanciados e fotográficos. Ética profissional, integridade funcional, conduta proba e prevenção de conflitos de interesse no exercício do poder fiscalizador. Relações interpessoais no trato fiscal: técnicas de desescalada verbal, assertividade, urbanidade e comunicação não violenta com municípios autuados. Fiscalização do cumprimento de normas de segurança contra incêndio e pânico (PPCI) em estabelecimentos de reunião de público em cooperação com o CBM/SC. Noções sobre regularização fundiária urbana (REURB - Lei Federal nº 13.465/2017) no âmbito da fiscalização municipal. Fiscalização e controle de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, bares e casas de entretenimento municipal. Uso de tecnologias móveis, tablets e sistemas integrados de georreferenciamento na lavratura eletrônica de notificações e autos de infração. Atuação conjunta com a fiscalização tributária e sanitária do município em operações integradas de ordenamento urbano. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação.

Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 30 e 182).
- BRASIL. Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).
- BRASIL. Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050 (Acessibilidade). Rio de Janeiro: ABNT.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2017.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2021.

18. FISCAL SANITÁRIO

Conceito, finalidade e fundamentos jurídicos da Vigilância Sanitária no âmbito do SUS (Lei Federal nº 8.080/1990 e Lei Federal nº 9.782/1999). Poder de polícia sanitária municipal: autoexecutoriedade, discricionariedade, legalidade e tipicidade das infrações sanitárias. Processo Administrativo Sanitário (Lei Federal nº 6.437/1977 e normas locais): auto de infração, auto de imposição de penalidade, prazos e recursos. Procedimentos fiscalizatórios: notificação sanitária, interdição cautelar (total ou parcial), apreensão, inutilização e descarte de produtos adulterados. Boas Práticas para Serviços de Alimentação conforme a Resolução RDC ANVISA nº 216/2004: higiene de manipuladores, controle de pragas e armazenamento. Inspeção sanitária em estabelecimentos de alimentos: restaurantes, padarias, açougues, supermercados, lanchonetes e feiras livres municipais. Boas Práticas em Serviços de Saúde conforme a Resolução RDC ANVISA nº 63/2011: funcionamento de consultórios médicos, odontológicos e clínicas. Fiscalização sanitária em farmácias e drogarias (RDC ANVISA nº 44/2009): controle de dispensação, escrituração de medicamentos controlados e temperatura. Fiscalização do Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) segundo a RDC ANVISA nº 222/2018 em clínicas e laboratórios. Inspeção sanitária em estabelecimentos de interesse à saúde: salões de beleza, barbearias, academias, estúdios de tatuagem, cemitérios e funerárias. Vigilância da qualidade da água para consumo humano (Programa Vigiagua) e parâmetros de potabilidade estabelecidos na Portaria GM/MS nº 888/2021. Investigação epidemiológica e sanitária de surtos de Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTA): coleta de amostras e medidas cautelares de contenção. Fiscalização sanitária em creches, escolas e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs): condições higiênicas-sanitárias e acessibilidade. Controle e fiscalização do comércio de saneantes domissanitários, cosméticos e produtos de higiene pessoal no território municipal. Coleta de amostras fiscais de alimentos e produtos para análises laboratoriais oficiais no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). Controle do uso de produtos químicos em empresas desinsetizadoras e desratizadoras conforme a RDC ANVISA nº 52/2009. Condições sanitárias de habitações coletivas, controle de criadouros de vetores e combate a insalubridades no meio ambiente urbano. Procedimentos para concessão, renovação e cassação de Alvarás Sanitários e Licenças de Funcionamento Municipal. Paramentação com EPIs, segurança ocupacional, imparcialidade e postura ética nas ações de inspeção e fiscalização sanitária. Atuação conjunta e integrada da Vigilância Sanitária com a Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e órgãos de defesa do consumidor (PROCON). Controle sanitário do transporte de alimentos perecíveis e produtos de interesse à saúde: condições térmicas e higiênicas de veículos. Noções básicas de biossegurança aplicadas à rotina fiscal e prevenção de contaminação cruzada durante as vistorias técnicas. Fiscalização do uso racional e descarte sustentável de materiais em estabelecimentos de assistência odontológica e médica. Educação sanitária: realização de reuniões técnicas e palestras preventivas orientando comerciantes e manipuladores de alimentos. Registro documental em sistemas informatizados de vigilância sanitária estadual e municipal e elaboração de relatórios técnicos fundamentados. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resoluções RDC nº 216/2004 (Alimentos); RDC nº 63/2011 (Serviços de Saúde); RDC nº 44/2009 (Drogarias); RDC nº 222/2018 (Resíduos de Serviços de Saúde).
- BRASIL. Lei Federal nº 6.437/1977 (Infrações à Legislação Sanitária Federal).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 888/2021 (Padrão de Potabilidade da Água).
- EDELWEISS, Maria Inês. Vigilância Sanitária: Fundamentos e Práticas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

19. FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal de 1988: competência tributária municipal e limitações constitucionais ao poder de tributar. Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966): conceito e espécies de tributos (impostos, taxas e contribuição de melhoria). Obrigação tributária principal e acessória: fato gerador, sujeição passiva (contribuinte e responsável), solidariedade e domicílio tributário. Crédito tributário: natureza jurídica, lançamento de ofício, por declaração e por homologação, e hipóteses de revisão do lançamento fiscal. Hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário (art. 151 do CTN) e suas consequências na expedição de certidões. Hipóteses de extinção do crédito tributário (art. 156 do CTN): pagamento, compensação, decadência e prescrição tributária. Hipóteses de exclusão do crédito tributário (art. 175 do CTN): isenção e anistia tributária e suas limitações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) na Lei Complementar nº 116/2003: hipótese de incidência, base de cálculo, alíquotas e local da prestação. Regime de retenção e responsabilidade tributária pelo recolhimento do ISSQN de prestadores e tomadores de serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU): fato gerador, sujeição passiva, Planta Genérica de Valores (PGV) e alíquotas progressivas no tempo. Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI): hipótese de incidência, base de cálculo e imunidade em incorporações patrimoniais. Taxas municipais decorrentes do poder de polícia e de prestação de serviços públicos: especificidade, divisibilidade e base de cálculo própria. Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP - art. 149-A da CF) e Contribuição de Melhoria na valorização decorrente de obras públicas. Procedimentos da Fiscalização Tributária: termo de início de fiscalização, notificação para apresentação de livros e auto de infração e imposição de multa. Processo Administrativo Tributário municipal: prazos para impugnação do contribuinte, instrução probatória e julgamento em instâncias administrativas. Dívida Ativa tributária e não tributária municipal: requisitos legais de certeza e liquidez, termo de inscrição e emissão de Certidão de Dívida Ativa (CDA). Cobrança e Execução Fiscal municipal na Lei Federal nº 6.830/1980, protesto extrajudicial de CDA e recuperação de receitas públicas. Estatuto Nacional da Microempresa e EPP (Lei Complementar nº 123/2006): Simples Nacional, fiscalização compartilhada e cruzamento de dados. Fiscalização eletrônica e governança digital tributária: nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), declarações digitais e inteligência fiscal. Cadastro Imobiliário e Mobiliário Municipal: inscrição, atualização periódica de ofício, georreferenciamento e combate à sonegação fiscal. Crimes contra a ordem tributária praticados por particulares e funcionários públicos (Lei Federal nº 8.137/1990). Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): exigências quanto à arrecadação de tributos próprios e controle de renúncias de receitas. Ética profissional e sigilo fiscal (art. 198 do CTN): hipóteses legais de compartilhamento de dados com órgãos de controle e proteção de dados. Atendimento tributário ao contribuinte: urbanidade, esclarecimento de dúvidas fiscais e fomento à conformidade tributária voluntária. Fiscalização tributária em operações especiais: eventos esportivos, festivos, shows e construções civis no município. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 145 a 156).
- BRASIL. Lei Federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).
- BRASIL. Lei Complementar nº 116/2003 (ISSQN).
- BRASIL. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e EPP).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

20. FISIOTERAPEUTA

Aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) na avaliação e acompanhamento fisioterapêutico. Semiologia e avaliação físico-funcional: dinamometria, goniometria, testes de força muscular (escala de Oxford) e testes neuro-ortopédicos especiais. Fisioterapia neurofuncional no adulto e no idoso: reabilitação funcional pós-AVC, traumatismos crânio-encefálicos e Doença de Parkinson. Fisioterapia traumato-ortopédica e reumatológica: reabilitação pós-fraturas, entorses, artroplastias, tendinopatias e osteoartrite de joelho e quadril. Cinesioterapia e prescrição de exercícios terapêuticos baseados em evidências: fortalecimento muscular, equilíbrio, propriocepção e estabilização postural. Recursos eletrotermofototerapêuticos: parâmetros de estimulação elétrica neuromuscular (FES), TENS e fotobiomodulação (laser de baixa intensidade). Fisioterapia respiratória ambulatorial e hospitalar: manobras desobstrutivas, exercícios de expansão pulmonar e ventilação mecânica não invasiva (VNI). Reabilitação cardiovascular ambulatorial: estratificação de risco para o exercício, tolerância ao esforço e teste de caminhada de seis minutos (TC6M). Fisioterapia em Gerontologia: prevenção de quedas no idoso frágil, manejo

de sarcopenia, dinapenia e estímulo à independência funcional nas AVDs. Fisioterapia na Saúde da Mulher: avaliação e reabilitação da musculatura do assoalho pélvico no manejo da incontinência urinária na Atenção Primária. Atuação do fisioterapeuta nas equipes multiprofissionais (eMulti) da Atenção Básica: visitas domiciliares, matriciamento e grupos de postura. Abordagem da dor crônica na atenção básica: neurobiologia da dor, educação em neurociência da dor, terapia manual e enfrentamento da cinesiofobia. Fisioterapia pediátrica: estimulação precoce do desenvolvimento motor típico e atípico, manejo de paralisia cerebral e pé torto congênito. Ergonomia e saúde do trabalhador: análise ergonômica de postos de trabalho municipais, ginástica laboral e controle de LER/DORT (NR-17). Prescrição, adaptação e treinamento do uso de dispositivos auxiliares de marcha (bengalas, muletas, andadores) e adequação postural em cadeira de rodas. Atendimento fisioterapêutico domiciliar a pacientes restritos ao leito: prevenção de deformidades, mudanças de decúbito e orientação de cuidadores. Normas de biossegurança no atendimento fisioterapêutico: higienização de mãos, limpeza de equipamentos e macas conforme normas da ANVISA. Telessaúde e telemonitoramento em Fisioterapia segundo as resoluções vigentes do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). Elaboração de relatórios cinesiológico-funcionais, evolução em prontuário eletrônico do e-SUS APS e confidencialidade clínica sob a LGPD. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (Resolução COFFITO nº 424/2013) e interdisciplinaridade nas políticas de saúde pública. Cuidados paliativos em fisioterapia: manutenção do conforto corporal, controle da dispneia e preservação da dignidade do paciente terminal. Fisioterapia aquática (hidroterapia): indicações e adaptações de exercícios em ambiente aquático para pacientes crônicos. Atenção fisioterapêutica em pacientes pós-COVID e síndromes pós-virais crônicas com fadiga muscular persistente. Reabilitação vestibular: avaliação de nistagmos e manobras de reposicionamento canicular na vertigem posicional paroxística benigna (VPPB). Planejamento e coordenação de grupos comunitários de caminhada orientada e promoção de hábitos de vida ativos na comunidade. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Resolução nº 424/2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Edusp, 2003.
- KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas. 7. ed. Barueri: Manole, 2021.
- MAGEE, David J. Avaliação Musculoesquelética. 6. ed. Barueri: Manole, 2016.
- O'SULLIVAN, Susan B. et al. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. 6. ed. Barueri: Manole, 2018.

21. FONOAUDIÓLOGO

Audiologia clínica básica na rede SUS: triagem auditiva, exames imitanciométricos, audiometria tonal e vocal e fluxos de encaminhamento. Triagem Auditiva Neonatal Universal (Teste da Orelhinha): métodos de emissões otoacústicas (EOA) e PEATE/BERA em recém-nascidos e lactentes. Avaliação e diagnóstico do frênulo lingual em bebês (Teste da Linguinha) e suas implicações no aleitamento materno e fonação. Avaliação e terapia fonoaudiológica nos Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) e Transtornos dos Sons da Fala (fonéticos e fonológicos). Avaliação e treinamento fonoaudiológico nas alterações do Processamento Auditivo Central (PAC) associadas a dificuldades escolares. Atuação fonoaudiológica no Transtorno do Espectro Autista (TEA): comunicação pragmática e uso de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Avaliação clínica e conduta fonoaudiológica nas disfagias orofaríngeas em adultos e idosos: triagem à beira do leito e manobras de deglutição segura. Orientações sobre consistência alimentar, espessamento de líquidos e prevenção de pneumonia aspirativa em pacientes disfágicos. Motricidade orofacial: avaliação e reabilitação miofuncional nas alterações de mastigação, respiração oral e deglutição atípica. Voz profissional e clínica: avaliação perceptivo-auditiva e acústica da voz, higiene vocal e prevenção de disfonias em professores da rede municipal. Fonoaudiologia escolar e educacional: desenvolvimento da consciência fonológica, habilidades preditoras da alfabetização e dificuldades de escrita. Atuação na presbiacusia e declínio sensorial no idoso: estratégias facilitadoras da comunicação, adaptação de próteses auditivas e prevenção do isolamento. Reabilitação fonoaudiológica nas afasias, disartrias e apraxias decorrentes de Acidente Vascular Cerebral e traumatismos neurológicos. Atuação do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde: equipes multiprofissionais (eMulti), visitas domiciliares e grupos terapêuticos infantis. Fluência da fala e seus transtornos: diagnóstico diferencial entre disfluências comuns do desenvolvimento e gagueira persistente. Apoio fonoaudiológico ao aleitamento materno na UBS: intervenção precoce em dificuldades de pega, vedamento labial e sucção nutritiva. Paralisia facial periférica: reabilitação funcional neuromuscular para recuperação da mímica facial e funções estomatognáticas. Orientações a familiares e cuidadores de crianças com atrasos de fala e idosos com alterações neurológicas crônicas. Uso de recursos digitais e normativas do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) para a prática da telefonaudiologia. Preenchimento de prontuários, registros clínicos fidedignos no Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS APS) e confidencialidade clínica (LGPD). Biossegurança no consultório fonoaudiológico: desinfecção de espelhos, brinquedos e instrumentos de avaliação oral

com álcool 70%. Código de Ética Profissional da Fonoaudiologia (Resolução CFFa nº 640/2021) e responsabilidade no trabalho em equipe multiprofissional. Fonoaudiologia em cuidados paliativos: manejo de conforto oral, orientações sobre hidratação e deglutição no fim de vida. Reabilitação de alterações vocais e articulatórias decorrentes de fissuras lábio-palatinas e anomalias craniofaciais. Avaliação fonoaudiológica e orientações preventivas sobre ruído ocupacional e Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR). Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFa). Código de Ética da Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 640/2021.
- BEHLAU, Mara. Voz: O Livro do Especialista. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.
- MARCHESAN, Irene Queiroz. Fundamentos em Fonoaudiologia: Motricidade Orofacial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- FURKIM, Ana Maria; SANTINI, Cristiana S. Disfagias Orofaríngeas. Barueri: Pró-Fono, 2008.
- RUSSO, Iêda Chaves Pacheco. Prática da Audiologia Clínica. São Paulo: Cortez, 2011.

22. MECÂNICO

Princípios de funcionamento, componentes móveis/fixos e tempos de ciclo de motores de combustão interna (ciclo Otto e ciclo Diesel). Sistemas de alimentação de combustível flex e diesel eletrônico: bombas de baixa e alta pressão, bicos injetores e sistema Common Rail. Diagnóstico e manutenção do sistema de lubrificação de motores: óleos minerais e sintéticos, viscosidade SAE, classificação API e filtros de óleo. Manutenção do sistema de arrefecimento: bomba d'água, válvula termostática, aditivos com etilenoglicol, radiadores e prevenção de superaquecimento. Sistemas de transmissão mecânica e automatizada: platô, disco de embreagem, rolamento, caixas de câmbio, cardans e diferencial. Diagnóstico e manutenção de sistemas de freios hidráulicos (pastilhas, discos, tambores, cilindro mestre) e sistemas pneumáticos a ar de caminhões. Manutenção de sistemas de suspensão e direção: amortecedores, molas helicoidais, feixes de molas, pivôs, terminais de direção e caixa hidráulica. Sistema elétrico e eletrônico automotivo: testes de baterias de chumbo-ácido, motor de partida, alternador, relés, fusíveis e chicotes elétricos. Diagnóstico de injeção eletrônica com uso de scanner automotivo: interpretação de códigos de falha (DTCs), parâmetros de sensores e atuadores. Manutenção preventiva e corretiva básica em máquinas pesadas (retroescavadeiras, motoniveladoras e pás carregadeiras). Diagnóstico e reparo em circuitos hidráulicos veiculares: bombas de engrenagem, cilindros de ação dupla, comandos hidrostáticos e mangueiras. Uso, conservação e aferição de ferramentas manuais e instrumentos de precisão: paquímetro, micrômetro, torquímetro e relógio comparador. Técnicas de soldagem aplicadas à oficina mecânica: solda elétrica com eletrodo revestido e processos MIG/MAG em suportes e chassis. Manutenção de pneus e rodas da frota pública: desmontagem e montagem seguras, controle de desgaste TWI, calibragem e balanceamento. Procedimentos de socorro mecânico e reboque de veículos na estrada: sinalização da via, uso seguro de macacos hidráulicos e cavaletes. Normas de segurança e saúde no trabalho em oficinas mecânicas: uso de EPIs (botinas com biqueira, óculos, luvas de vaqueta e nitrila). Prevenção e combate a princípios de incêndio na oficina mecânica com uso de extintores de classe B (líquidos) e classe C (eletricidade). Gestão e destinação ambiental de resíduos perigosos da oficina: recolhimento de óleos queimados, filtros usados, estopas e baterias. Controle de estoque de peças de reposição e preenchimento detalhado de ordens de serviço (OS) e relatórios de manutenção preventiva. Manutenção de sistemas de exaustão e controle de emissões veiculares: catalisadores, escapamentos e uso do aditivo ARLA 32 em motores diesel. Diagnóstico de falhas mecânicas com base em ruídos anormais, vibrações anômalas, fumaça no escapamento e variações térmicas. Revisão e manutenção preventiva de sistemas de ar condicionado automotivo: troca de filtro de cabine e verificação de vazamentos de gás. Relações interpessoais no trabalho, disciplina operacional, trabalho em equipe e cooperação com os motoristas municipais. Ética funcional e responsabilidade pelo zelo, guarda e manutenção preventiva dos veículos e máquinas da frota pública. Noções de primeiros socorros em ambiente de oficina: conduta em queimaduras térmicas e químicas, cortes profundos e esmagamentos.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 06 (EPI) e Norma Regulamentadora nº 12 (Segurança em Máquinas).
- CHOLLET, H. M. O Mecânico de Automóveis. São Paulo: Hemus, 2005.
- TILLMANN, Paulo Ricardo. Mecânica Automotiva: Fundamentos e Manutenção. Pelotas: Ed. do Autor, 2013.
- SENAI-SP. Sistemas Mecânicos e Eletroeletrônicos Automotivos. São Paulo: Editora Senai-SP, 2018.

23. MÉDICO – 20H / 40H

Atenção Primária à Saúde e Medicina de Família e Comunidade: Método Clínico Centrado na Pessoa, longitudinalidade e coordenação do cuidado. Semiologia médica geral: anamnese estruturada, exame físico sistematizado e raciocínio clínico baseado em evidências. Diagnóstico, estratificação de risco cardiovascular e manejo clínico da Hipertensão

Arterial Sistêmica segundo as diretrizes mais recentes. Diagnóstico, tratamento farmacológico e manejo clínico do Diabetes Mellitus tipo 1 e tipo 2 e rastreamento de complicações micro e macrovasculares. Avaliação e conduta frente a quadros de dor torácica aguda, Síndrome Coronariana Aguda (SCA) e Insuficiência Cardíaca na atenção primária. Diagnóstico e manejo clínico das afecções respiratórias agudas e crônicas: Asma, DPOC, pneumonias comunitárias e exacerbações infecciosas. Abordagem clínica das arboviroses na Atenção Básica: Dengue (classificação por grupos A, B, C e D e manejo hidratação), Chikungunya e Zika. Puericultura contemporânea: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, triagens neonatais, aleitamento materno e calendário vacinal do PNI. Diagnóstico e conduta nas patologias pediátricas prevalentes: infecções de vias aéreas superiores, diarreia aguda com planos de hidratação e bronquiolite. Atenção à saúde da mulher: pré-natal de risco habitual, rastreamento de neoplasias de colo de útero e mama, climatério e queixas ginecológicas comuns. Atenção integral à saúde da pessoa idosa: avaliação geriátrica na APS, manejo da polifarmácia, desprescrição, osteoporose e demências. Diagnóstico e manejo ambulatorial dos transtornos mentais comuns na APS: transtornos ansiosos, depressão leve a moderada e insônia. Abordagem síndrome e manejo clínico das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), profilaxia pós-exposição (PEP/PrEP) e testagem rápida. Diagnóstico diferencial e condutas clínicas em lombalgias mecânicas e inflamatórias, osteoartrite e queixas osteomusculares na UBS. Abordagem das afecções dermatológicas comuns na atenção básica: micoses superficiais, escabiose, dermatite atópica e rastreio de lesões suspeitas de câncer. Suporte avançado à vida em emergências clínicas no posto de saúde: parada cardiorrespiratória (ACLS), manejo da anafilaxia, crises convulsivas e hipoglicemia. Interpretação criteriosa de exames complementares de rotina: eletrocardiograma (ECG), radiografias simples de tórax e exames laboratoriais básicos. Uso racional e consciente de antimicrobianos na Atenção Básica e adesão aos protocolos de combate à resistência bacteriana. Preenchimento fidedigno de prontuários eletrônicos (e-SUS APS/PEC), emissão de atestados médicos, laudos e Declaração de Óbito conforme o CFM. Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações), relação médico-paciente, sigilo profissional e consentimento informado. Abordagem clínica em cuidados paliativos na atenção primária: controle sintomático de dor, náuseas e dispneia no domicílio. Manejo clínico ambulatorial da doença renal crônica: rastreamento precoce de albuminúria e ajuste de doses medicamentosas. Abordagem das cefaleias na Atenção Básica: diagnóstico diferencial entre migrânea, cefaleia tensional e sinais de alerta (*red flags*). Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública aos órgãos de vigilância epidemiológica municipal. Trabalho em equipe multiprofissional na ESF, matriciamento e construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS). Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica (coleção completa). Brasília: Ministério da Saúde.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Código de Ética Médica. Resolução CFM nº 2.217/2018.
- DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Goldman-Cecil Medicina. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.
- JAMESON, J. Larry et al. Medicina Interna de Harrison. 20. ed. Porto Alegre: AMGH, 2020.

24. MÉDICO VETERINÁRIO

Vigilância epidemiológica e controle integrado de zoonoses de relevância pública: Raiva, Leishmaniose, Leptospirose, Toxoplasmose, Brucelose e Tuberculose. Epidemiologia e medidas de profilaxia contra acidentes causados por animais peçonhentos e condutas em agressões por animais transmissores de raiva. Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos de origem animal: carnes, leite e derivados, ovos, mel e pescados (RIISPOA e SIM local). Procedimentos de fiscalização sanitária em abatedouros municipais, frigoríficos, agroindústrias de laticínios e embutidos artesanais. Implantação e fiscalização de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) na agroindústria municipal. Investigação e rastreamento de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) de origem animal e medidas sanitárias de contenção. Manejo populacional de cães e gatos em meio urbano: programas municipais de esterilização cirúrgica, identificação por microchips e vacinação antirrábica. Bem-estar animal: diretrizes do CFMV para eutanásia humanizada, princípios das cinco liberdades e fiscalização de denúncias de maus-tratos a animais. Clínica médica de cães e gatos na saúde pública: diagnóstico e tratamento de zoonoses cutâneas (esporotricose e sarnas), viroses e verminoses. Gestão e saúde ambiental: descarte de carcaças animais, tratamento de resíduos de abatedouros e controle de animais sinantrópicos no meio rural. Defesa sanitária animal em âmbito estadual e federal: vigilância contra Febre Aftosa, Peste Suína Africana e Clássica e Influenza Aviária. Controle e fiscalização do uso de medicamentos veterinários: combate ao uso abusivo de antibióticos e observância aos períodos de carência de leite e carne. Normas de biossegurança nas instalações veterinárias municipais: controle de riscos biológicos, desinfecção de canis e PGRSS veterinário. Notificação compulsória imediata de doenças animais aos órgãos oficiais de defesa agropecuária (CIDASC/SC e MAPA). Sanidade animal e assistência emergencial em animais de grande porte (bovinos, equinos e suínos) em áreas rurais e perímetros urbanos. Fiscalização sanitária em feiras de animais,

exposições agropecuárias, canis municipais e estabelecimentos comerciais que vendem animais. Conceito e aplicação prática de Saúde Única (*One Health*): integração sinérgica entre a saúde animal, a saúde humana e a saúde ambiental. Elaboração de laudos periciais veterinários, pareceres técnicos e instrução formal de autos de infração e processos sanitários municipais. Captura humanizada, recolhimento, transporte e quarentena de animais errantes ou envolvidos em episódios de mordedura a pessoas. Código de Ética Profissional do Médico Veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016) e legislação regulamentadora da profissão. Práticas de extensão rural voltadas à higiene da ordenha mecânica, controle de mastite bovina e qualidade do leite cru. Noções de sanidade e biossegurança em granjas de suínos e aves em regime de integração com cooperativas agropecuárias. Manejo sanitário e controle de doenças parasitárias em rebanhos bovinos de leite e corte em pastagens. Educação em saúde e realização de campanhas comunitárias sobre posse responsável de animais de estimação. Zelo pelos equipamentos de captura, instrumental cirúrgico de castração e veículos utilizados pelo serviço veterinário municipal. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Decreto nº 9.013/2017 e alterações.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). Código de Ética do Médico Veterinário. Resolução CFMV nº 1.138/2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses. Brasília: MS, 2016.
- RADOSTITS, O. M. et al. Clínica Veterinária: Um Tratado de Doenças dos Bovinos, Ovinos, Suínos, Caprinos e Equinos. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- CORRÊA, W. M.; CORRÊA, C. N. M. Enfermidades Infecciosas dos Mamíferos Domésticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1992.

25. MOTORISTA

Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei Federal nº 9.503/1997) e Resoluções atualizadas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Normas gerais de circulação e conduta para veículos automotores em vias urbanas, rurais e rodovias federais e estaduais. Sinalização de trânsito: placas de regulamentação, advertência e indicação, sinalização horizontal, sonora, luminosa e gestual do agente. Conceitos, princípios e aplicação da Direção Defensiva preventiva e corretiva no tráfego rodoviário e urbano diário. Fatores de risco e condução sob condições adversas: neblina espessa, chuvas torrenciais, pistas molhadas (aquaplanagem), curvas perigosas e pistas de terra. Condução sob efeito de álcool e substâncias psicoativas: aspectos legais da Lei Seca, reflexos psicomotores e penalidades cabíveis no CTB. Mecânica básica veicular: princípios de funcionamento de motores ciclo Otto e Diesel, sistema de arrefecimento, ignição e lubrificação. Checklist diário de pré-partida: verificação dos níveis de óleo de motor, líquido de arrefecimento, fluido de freio, luzes e palhetas. Sistemas de freios (hidráulico, a ar e ABS), suspensão, direção hidráulica e conservação de pneus (avaliação de desgaste TWI e calibragem). Sistema elétrico veicular: baterias de chumbo-ácido, fusíveis, alternador, faróis, lanternas de sinalização e luzes-espia do painel de instrumentos. Condução econômica e sustentável: trocas de marcha na faixa verde de rotação (RPM), aceleração suave e redução de combustível e desgastes mecânicos. Procedimentos de emergência em caso de falha mecânica: parada no acostamento, uso do triângulo e sinalização preventiva da pista. Primeiros socorros em acidentes de trânsito: avaliação da cena, proteção do local, não movimentação das vítimas e contato com SAMU (192) e Bombeiros (193). Prevenção e combate a princípios de incêndio em veículos: manuseio correto do extintor portátil de pó químico ABC em compartimentos do motor. Transporte de passageiros na administração pública: urbanidade, pontualidade, auxílio no embarque/desembarque e segurança de idosos e crianças. Transporte de pacientes em ambulâncias simples e vans da Saúde: direção defensiva estável, sem solavancos e respeito a limites de velocidade. Normas e cuidados de segurança no transporte de cargas leves, ferramentas de obras e insumos da administração municipal. Documentos de porte obrigatório do condutor (CNH física ou digital) e do veículo (CRLV-e), e preenchimento fidedigno do diário de bordo/quilometragem. Infrações de trânsito, penalidades, medidas administrativas (retenção e remoção de veículo) e direito de recurso em instâncias do trânsito. Ética profissional no serviço público, assiduidade, responsabilidade civil e penal do motorista e zelo pelo patrimônio da frota pública municipal. Procedimentos formais em caso de sinistros de trânsito com veículos públicos: boletim de ocorrência, comunicação imediata à chefia e perícia. Uso correto e obrigatório de cintos de segurança em todos os assentos e dispositivos de retenção para transporte de crianças. Cuidados especiais na condução de veículos em estradas vicinais de terra com trechos íngremes, cascalho solto e pontes de madeira. Técnicas de manobra e baliza seguras em espaços confinados e garagens públicas municipais. Limpeza interna e externa periódica do veículo, conservação dos estofamentos e controle de prazos para revisões mecânicas programadas.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e alterações vigentes.

- CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). Resoluções vigentes e Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito.
- BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Manual de Direção Defensiva. Brasília: Denatran, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE TRÁFEGO (ABRAMET). Noções de Primeiros Socorros no Trânsito. São Paulo: Abramet, 2010.

26. NUTRICIONISTA

Nutrição humana nos diferentes ciclos da vida: gestação, lactação, lactentes, infância, adolescência, fase adulta e idosos. Avaliação nutricional individual e coletiva: métodos antropométricos (IMC, dobras cutâneas e circunferências) e inquéritos alimentares. Diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e sua interface com as Redes de Atenção à Saúde no SUS. Aplicação do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia para Crianças Menores de 2 Anos (classificação NOVA de alimentos). Terapia Nutricional ambulatorial para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs): Diabetes Mellitus, Hipertensão, Obesidade e Dislipidemias. Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - Lei nº 11.947/2009 e normas do FNDE): cardápios escolares equilibrados e seguros. Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda escolar: chamada pública, sazonalidade agrícola e desenvolvimento regional. Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede escolar e comunitária: metodologias ativas, oficinas práticas e hortas escolares. Boas Práticas para Serviços de Alimentação e Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) segundo a Resolução RDC ANVISA nº 216/2004. Elaboração de Manuais de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) em cozinhas institucionais e refeitórios de creches. Ficha Técnica de Preparação (FTP): cálculo de fatores de correção (FC), fatores de cocção (FCy), rendimento de porções e custos de cardápios. Controle higiênico-sanitário, controle de temperaturas de distribuição de alimentos e cadeia de frio no armazenamento de víveres perecíveis. Investigação de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) e medidas preventivas de contaminação cruzada em serviços de alimentação. Nutrição na saúde materna: prevenção de anemia ferropriva, suplementação de ácido fólico e acompanhamento de diabetes gestacional. Nutrição infantil: promoção do aleitamento materno exclusivo e complementar saudável e manejo nutricional de alergias alimentares (como APLV). Atuação do nutricionista nas equipes multiprofissionais da Atenção Primária (eMulti): visitas domiciliares, matriciamento e grupos de alimentação saudável. Avaliação e acompanhamento nutricional de idosos em centros de convivência e ILPIs municipais: manejo de sarcopenia, perda de peso e disfagia. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN): coleta e digitação de dados antropométricos, análise de relatórios e planejamento em saúde. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista (Resolução CFN nº 599/2018) e regulamentações do Conselho Federal de Nutricionistas. Gestão de estoques no almoxarifado de merenda escolar e saúde: recebimento, controle de perdas e método PEPS/PVPS. Elaboração de cardápios adaptados para estudantes com necessidades alimentares especiais (diabetes, doença celíaca e intolerância à lactose). Rotulagem nutricional de alimentos conforme normas da ANVISA e informação clara aos consumidores sobre teores de sódio, açúcares e gorduras. Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e atuação junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Avaliação do estado nutricional em acamados: uso de fórmulas estimativas de peso e altura e prescrição de terapia nutricional enteral. Trabalho em equipe multiprofissional, comunicação interdisciplinar e zelo ético pela integridade e saúde da população. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação / FNDE. Resoluções vigentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Código de Ética e de Conduta do Nutricionista. Resolução CFN nº 599/2018.
- MAHAN, L. Kathleen; RAYMOND, Janice L. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- SILVA JÚNIOR, Eneo Alves da. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Alimentos. 7. ed. São Paulo: Varela, 2014.

27. ODONTÓLOGO

Semiologia odontológica e estomatologia na Atenção Primária: diagnóstico diferencial de lesões bucais benignas e lesões precursoras do câncer de boca. Cariologia clínica contemporânea: etiopatogenia da cárie dentária, diagnóstico clínico de lesões ativas/inativas e manejo não operatório. Dentística restauradora minimamente invasiva: preparos cavitários conservadores, sistemas adesivos, resinas compostas e ionômeros de vidro. Periodontia clínica: diagnóstico e

tratamento de gengivite e periodontite, raspagem e alisamento radicular manual e ultrassônico e biofilme dental. Endodontia básica na Atenção Primária: diagnóstico diferencial das afecções pulpares e periapicais, pulpotomias e alívio da dor endodôntica aguda. Cirurgia oral menor ambulatorial: técnicas anestésicas locais em maxila e mandíbula (bloqueios e infiltrações), exodontias simples e de restos radiculares. Manejo clínico-cirúrgico de complicações em exodontias: fraturas de ápices radiculares, hemorragias locais e tratamento de alveolites. Farmacologia e terapêutica medicamentosa odontológica: prescrição segura de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos na gestação e infância. Profilaxia da endocardite bacteriana em procedimentos odontológicos cruentos conforme as diretrizes cardiológicas vigentes. Odontopediatria clínica: condicionamento do comportamento infantil no consultório, Tratamento Restaurador Atraumático (ART) e traumatismos dentários. Odontogeriatrics na Atenção Básica: atendimento ambulatorial ao idoso, manejo de xerostomia, polifarmácia e reabilitação protética simples no SUS. Atendimento odontológico a Pacientes com Necessidades Especiais (PNE): adaptações clínicas e acolhimento na Unidade Básica de Saúde. Radiologia odontológica: interpretação diagnóstica de radiografias periapicais, interproximais e radiografias panorâmicas digitais. Biossegurança no consultório dentário: controle de aerossóis, higienização de mãos, esterilização em autoclave e descarte seguro (RDC nº 222/2018). Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente) e fluxo de referência aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Ações coletivas de saúde bucal na comunidade escolar e creches: escovação supervisionada, bochechos fluoretados e educação preventiva. Urgências odontológicas no posto de saúde: abscessos periapicais agudos, celulites odontogênicas, pericoronarites e hemorragias orais. Emergências médicas na cadeira odontológica: suporte básico de vida (BLS), atendimento inicial a desmaios, síncope vasovagais e anafilaxia. Preenchimento de prontuários clínicos, odontogramas, atestados e registro no módulo e-SUS APS Odonto do Prontuário Eletrônico do Cidadão. Princípios de ergonomia odontológica: trabalho a quatro mãos com o ASB/TSB, posicionamento postural e prevenção de LER/DORT. Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012) e responsabilidade civil, criminal e administrativa do cirurgião-dentista municipal. Odontologia preventiva: aplicação de selantes de fossas e fissuras e controle periódico de higiene bucal em escolares. Acolhimento odontológico humanizado e atendimento de gestantes no pré-natal odontológico na Atenção Primária. Tratamento e acompanhamento de disfunções temporomandibulares (DTM) e dores orofaciais leves na atenção básica. Trabalho integrado com as equipes da Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde na identificação de vulnerabilidades bucais. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). Código de Ética Odontológica. Resolução CFO nº 118/2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 17: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- FEJERSKOV, Ole; KIDD, Edwina. Cárie Dentária: A Doença e seu Tratamento Clínico. 2. ed. São Paulo: Santos, 2011.
- MALAMED, Stanley F. Manual de Anestesia Local. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- LINDHE, Jan et al. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

28. OPERADOR DE MÁQUINAS

Princípios de funcionamento, comandos e técnicas operacionais de máquinas pesadas: Retroescavadeira, Pá Carregadeira, Motoniveladora e Rolo Compactador. Leitura e interpretação dos instrumentos do painel de controle, computadores de bordo, horímetro e indicadores analógicos e digitais de alerta. Checklist pré-operação diário: verificação de níveis de óleo lubrificante de motor, fluido hidráulico, água de arrefecimento, freios e pneus/esteiras. Técnicas operacionais com motoniveladora: corte de terreno, espalhamento de cascalho, nivelamento, abaulamento e drenagem de estradas vicinais. Técnicas operacionais com retroescavadeira: abertura e fechamento de valas para drenagem pluvial e redes de saneamento, e carregamento de caçambas. Técnicas operacionais com pá carregadeira: desagregação e carregamento de saibro, brita e terra em jazidas e caminhões basculantes municipais. Técnicas de compactação de solo com rolo compactador: passadas estáticas e vibratórias, espessura de camadas e controle visual de umidade. Mecânica básica de motores diesel pesados: sistema de aspiração de ar, turbocompressores, sistemas de injeção direta de combustível e filtros. Manutenção do sistema hidráulico de alta pressão: bombas hidráulicas, cilindros de ação dupla, mangueiras, comandos hidrostáticos e vazamentos. Manutenção preventiva de rotina: lubrificação com graxa sob pressão (engraxadeiras) de pinos, articulações, escafificadores e lâminas. Normas de segurança e saúde no trabalho com máquinas e equipamentos conforme a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12). Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI): protetores auriculares de alta atenuação, botinas com bico de aço, óculos e capacete com jugular. Estabilidade da máquina pesada: centro de gravidade, riscos de tombamento lateral e frontal em aclives, declives acentuados e solos úmidos. Operação segura em cortes de encostas e bordas de barrancos: prevenção de

desmoronamentos sobre a cabine (estruturas de proteção ROPS e FOPS). Sinalização do perímetro de trabalho em obras viárias urbanas e rurais: cones refletivos, fitas de advertência e sintonia com o sinaleiro/auxiliar de pista. Prevenção de acidentes com redes subterrâneas e aéreas: procedimentos para não rompimento de tubulações de água, cabos de fibra óptica e rede elétrica. Procedimentos de embarque, amarração técnica com correntes e catracas e desembarque de máquinas pesadas em caminhões-prancha com segurança. Procedimentos de segurança em caso de princípio de incêndio em máquinas pesadas: rotas de evacuação da cabine e uso do extintor portátil de pó químico. Condução econômica e sustentabilidade ambiental: controle de emissão de fumaça preta, redução do consumo de óleo diesel e respeito aos limites mecânicos. Ética profissional, pontualidade, disciplina operacional, zelo pelo patrimônio municipal e preenchimento correto do controle de horímetro. Operação da máquina em condições climáticas adversas: condução em pistas barrentas, dias de chuva e travessia segura de pontilhões rurais. Técnicas de limpeza periódica do radiador, filtros de ar do motor e cabine e desobstrução de esteiras e pneus em áreas de barro pesado. Reconhecimento prévio do tipo de solo (arenoso, argiloso ou rochoso) e escolha da velocidade e marcha adequadas para a operação. Noções de primeiros socorros em canteiros de obras de terraplenagem: conduta em choques, ferimentos cortantes e insolação. Relações interpessoais no trabalho, espírito de equipe e cooperação com os fiscais de obras e secretarias municipais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos).
- BRASIL. Norma Regulamentadora nº 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais).
- SENAI. Operação e Manutenção de Máquinas Pesadas. São Paulo: Editora Senai, 2017.
- NBR ISO 9249: Máquinas de movimentação de terra - Ensaio de potência do motor. Rio de Janeiro: ABNT.

29. ORIENTADOR SOCIAL

Fundamentos e diretrizes da Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Papel, atribuições e limites éticos do Orientador Social na equipe de referência do CRAS e nos Serviços de Convivência. Diretrizes operacionais e metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos. Planejamento, organização e facilitação de oficinas socioeducativas, lúdicas, artísticas, culturais e esportivas com grupos comunitários. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal nº 8.069/1990): princípios de proteção integral, combate ao trabalho infantil e exploração. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003): valorização da convivência comunitária, estímulo à autonomia e combate ao isolamento social. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015): acessibilidade, combate a barreiras atitudinais e inclusão em atividades coletivas. Técnicas de acolhimento, empatia e comunicação não violenta no atendimento diário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Mediação de conflitos cotidianos em grupos, dinâmicas participativas e promoção do protagonismo dos usuários do serviço. Acompanhamento de frequência, engajamento dos usuários nas atividades socioeducativas e apoio à busca ativa de famílias ausentes. Apoio ao trabalho técnico social dos Assistentes Sociais e Psicólogos na identificação de situações de violação de direitos humanos. Noções básicas sobre o Cadastro Único e condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família. Promoção da cidadania, direitos humanos, igualdade racial e respeito à diversidade cultural e geracional nas oficinas socioassistenciais. Organização e participação em campanhas comunitárias: prevenção ao abuso infantil (Faça Bonito) e combate à violência contra mulheres e idosos. Organização, limpeza e manutenção dos espaços e materiais pedagógicos utilizados no SCFV e controle de listas de presença diárias. Registro de ocorrências diárias e elaboração de relatórios descritivos simples sobre o desenvolvimento dos grupos para a equipe técnica. Trabalho em equipe multiprofissional no CRAS, diálogo com serviços da Saúde (UBSs) e Educação (escolas municipais) e respeito à hierarquia. Ética no manuseio de dados pessoais, garantia de sigilo sobre a intimidade das famílias atendidas e conformidade com a LGPD. Princípios de prevenção de acidentes e noções de primeiros socorros em atividades com crianças e idosos (quedas, desmaios e cortes leves). Postura acolhedora, paciência, equilíbrio emocional e compromisso ético com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Técnicas de recreação, jogos teatrais e contação de histórias como ferramentas socioeducativas para o desenvolvimento infantil. Atividades de estímulo à memória, mobilidade e sociabilidade nas oficinas com grupos de terceira idade. Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Estímulo à participação popular e fortalecimento das lideranças comunitárias nos bairros e comunidades do município. Zelo e conservação do patrimônio e dos insumos disponibilizados para as oficinas do Centro de Referência de Assistência Social.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109/2009.
- BRASIL. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- BRASIL. Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).
- FÁVERO, Eunice Teresinha et al. Serviço Social e Família: Tendências e Práticas. São Paulo: Cortez, 2016.

30. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental de 9 anos: princípios éticos, políticos e estéticos. A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): seis direitos de aprendizagem e os cinco campos de experiências educativas. O cuidar e o educar como práticas indissociáveis na Educação Infantil: higiene, alimentação saudável, repouso, segurança e autonomia infantil. As interações e a brincadeira como eixos estruturantes do trabalho pedagógico com bebês e crianças pequenas: espaços, tempos e materiais. Acompanhamento e avaliação na Educação Infantil: observação atenta, registro reflexivo, portfólios e relatórios sem objetivo de promoção escolar. Alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental: métodos de alfabetização, consciência fonológica e práticas de leitura e escrita. A psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro e Ana Teberosky): hipóteses de escrita (pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética). Desenvolvimento do pensamento lógico-matemático: números, operações básicas, geometria, grandezas e medidas e materiais manipuláveis (material dourado). Ensino interdisciplinar de Ciências da Natureza e Ciências Humanas nos Anos Iniciais: noções de espaço, tempo, meio ambiente e identidade. Literatura infantil e mediação pedagógica de leitura: contação de histórias, formação do leitor literário e ampliação do repertório cultural. Educação Inclusiva na infância: acolhimento pedagógico de crianças com TEA, TDAH e deficiências, com elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) aplicado ao planejamento de aulas e recursos pedagógicos acessíveis na Educação Básica. Gestão democrática da sala de aula e convivência escolar: combinados coletivos, assembleias infantis e resolução pacífica de conflitos cotidianos. Relação escola-família: acolhimento no período de adaptação escolar, reuniões pedagógicas participativas e comunicação cotidiana transparente. Implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008: valorização da história e cultura afro-brasileira e dos povos originários na infância. Metodologias ativas e projetos investigativos de aprendizagem: aprendizagem baseada em problemas reais e protagonismo da criança. Cultura digital e letramento midiático na infância: uso crítico, criativo e seguro de tecnologias digitais e recursos multimídia na escola. Segurança no ambiente escolar e noções de primeiros socorros conforme a Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722/2018): desengasgos e quedas. Avaliação diagnóstica, formativa e processual no Ensino Fundamental: instrumentos contínuos de acompanhamento e recuperação de defasagens. Planejamento docente: alinhamento curricular com a BNCC, planos de aula flexíveis e reflexão contínua sobre a própria prática pedagógica. Transição suave e articulada entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: continuidade do processo de aprendizagem. Organização de cantos temáticos e ateliês pedagógicos na sala de aula: estímulo à criatividade, motricidade fina e socialização. Práticas de oralidade formal e escuta atenta em rodas de conversa: ampliação do vocabulário e expressão de sentimentos. Educação ambiental no cotidiano escolar: sustentabilidade, reciclagem, hortas escolares e combate ao desperdício de água e alimentos. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SOARES, Magda. Alfabetizar: Toda Criança Pode Aprender a Ler e a Escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
- HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- KRAMER, Sonia. Com a Pré-Escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Ática, 2011.

31. PROFESSOR DE ARTES

A Abordagem Triangular no ensino da Arte (Ana Mae Barbosa): o produzir artístico, a contextualização histórica e a fruição/apreciação estética. A Arte na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): dimensões do conhecimento integrando Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. História da Arte Ocidental e Arte Brasileira: da Pré-História e Renascimento ao Modernismo (Semana de 1922) e tendências contemporâneas. Elementos formais das Artes Visuais: ponto, linha, plano, forma, volume, textura, espaço e teoria das cores (cores-luz e cores-pigmento). Técnicas de expressão bidimensional e tridimensional no espaço escolar: desenho, pintura, gravura (isogravura/xilogravura), colagem e escultura. Arte Indígena e Afro-Brasileira (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008): matrizes estéticas, ancestralidade, patrimônio imaterial e respeito à diversidade. Patrimônio cultural material e imaterial: tombamento, preservação histórica, memória social e valorização dos museus de Santa Catarina. Cultura visual e semiótica da imagem: análise crítica de imagens no cotidiano, iconografia digital, charges, memes e publicidade na escola. Arte e Tecnologias Digitais: videoarte, animação, fotografia digital, pixel art e exploração pedagógica de recursos de inteligência artificial criativa. A linguagem do Teatro na escola: jogos teatrais (Viola Spolin), improvisação cênica, criação de personagens e dramaturgias coletivas. A Dança

como linguagem artística escolar: consciência corporal, fatores do movimento de Laban e danças populares tradicionais brasileiras. A Música como linguagem artística escolar: paisagem sonora (Schafer), parâmetros acústicos do som e percussão corporal. Práticas de ateliê escolar: organização de materiais, processos criativos compartilhados e exposição coletiva dos trabalhos dos estudantes. Arte Urbana contemporânea: Graffiti, intervenções urbanas, murais e o diálogo da arte pública com a cidade. Sustentabilidade e arte: reaproveitamento criativo de materiais recicláveis (*upcycling* artístico) e conscientização ecológica pela forma estética. Arte inclusiva: adaptações pedagógicas táteis, auditivas e sensoriais para estudantes com deficiências visual, auditiva e física. Avaliação formativa e processual no ensino de Arte: portfólios artísticos, cadernos de esboços (*sketchbooks*), rodas de apreciação e autoavaliação. Curadoria e organização de mostras artísticas, exposições escolares e festivais culturais abertos à comunidade escolar. Interdisciplinaridade do componente de Arte com História, Literatura, Ciências da Natureza, Filosofia e Matemática. Ética e direitos autorais na arte: plágio, apropriação cultural responsável e respeito à liberdade de criação e expressão estética. Fotografia na escola: enquadramento, iluminação natural, planos fotográficos e narrativa visual em projetos pedagógicos. O artesanato e a arte popular brasileira como manifestações legítimas do patrimônio estético regional. Expressão corporal e vocal integradas em projetos interdisciplinares de montagens cênicas escolares. O papel da arte na formação da sensibilidade, empatia e pensamento crítico dos estudantes da Educação Básica. Planejamento docente em Arte: sequências didáticas contextualizadas, planos de aula flexíveis e formação continuada reflexiva. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BARBOSA, Ana Mae. Tópicos Utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Arte). Brasília: MEC, 2018.
- GOMBRICH, Ernst H. A História da Arte. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SPOLIN, Viola. Jogos Teatrais: O Fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.

32. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO MUSICAL

A Música na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): dimensões do conhecimento musical (criação, escuta, reflexão, expressão, fruição e contextualização). Parâmetros do som: altura (grave/agudo), duração (longo/curto), intensidade (forte/fraco) e timbre, e suas representações gráficas convencionais e livres. Pedagogias musicais ativas do século XX: Carl Orff (instrumentário e corporalidade), Zoltán Kodály (solfejo relativo e canto coral), Dalcroze e Willems. Educação Musical Contemporânea e Paisagem Sonora (R. Murray Schafer): ecologia acústica, conscientização sonora e escuta atenta do cotidiano. Elementos da linguagem musical: ritmo, pulsação, métrica, compassos simples e compostos, melodia, harmonia e tonalidade/modalidade. Notação musical: leitura básica de partituras convencionais em clave de sol e fá e partituras gráficas/análogas para a sala de aula. Percussão corporal e jogos musicais: coordenação motora, polirritmia e produção de sons corporais com os estudantes (método Barbatuques). Canto coral e técnica vocal escolar: postura, respiração diafragmática, articulação fonética, afinação e repertório coral infantil e juvenil participativo. Prática instrumental escolar: iniciação à flauta doce (germânica/barroca), instrumentos de percussão Orff, violão e teclado em arranjos simples. Música Popular Brasileira (MPB) e tradições folclóricas regionais: choro, samba, baião, cantigas de roda e fandango tradicional catarinense. Música Africana, Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008): toques sagrados e profanos, berimbau, atabaques e maracás. Gêneros musicais contemporâneos da juventude: Pop, Rock, Rap, Trap, Funk e música eletrônica (análise estética e sociológica sem preconceitos estéticos). Construção de instrumentos musicais com materiais recicláveis e alternativos (*lutheria experimental*) integrada à educação ambiental. Tecnologias digitais na educação musical: estações de áudio digital gratuitas (DAWs), edição de áudio, gravação de podcasts escolares e loops sonoros. Criação musical coletiva, composição e sonoplastia para peças teatrais escolares, poesias e contação de histórias. Educação musical inclusiva: práticas sonoras adaptadas para estudantes surdos (percepção de vibrações corporais), cegos e com deficiências cognitivas. Organização de apresentações musicais, recitais escolares, festivais da canção estudantil e mostras culturais com as famílias. Avaliação formativa em música: escutas comentadas, gravações de áudio/vídeo, memoriais sonoros discentes e autoavaliação processual. Interdisciplinaridade da música com Língua Portuguesa (métrica e poesia), Física (acústica), Matemática (frações rítmicas) e História. Ética profissional docente, formação do ouvinte reflexivo e combate a preconceitos musicais no espaço escolar. Dinâmicas de relaxamento, concentração e respiração integradas à prática musical em sala de aula. O uso da música na Educação Infantil: cantigas de ninar, parlendas, acalantos e jogos de mãos para o desenvolvimento psicomotor. Estruturação e regência de pequenas bandas escolares, fanfarras e grupos instrumentais na escola pública municipal. Preservação da saúde auditiva na escola: conscientização sobre os riscos de volumes excessivos em fones

de ouvido e caixas de som. Planejamento de planos de aula de música alinhados aos direitos de aprendizagem da BNCC e contextualizados à realidade local. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Arte/Música). Brasília: MEC, 2018.
- FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De Tramas e Fios: Um Ensaio sobre Música e Educação. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2008.
- SCHAFER, R. Murray. O Ouvido Pensante. São Paulo: Edunesp, 1991.
- ILARI, Beatriz; ARAÚJO, Rosane. Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: Ibepex, 2011.
- JEANDOT, Nicole. Brincando de Música na Pré-Escola e Ensino Fundamental. São Paulo: Paulinas, 2012.

33. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marcos normativos da Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Resoluções do CNE. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015 - LBI): direito à educação inclusiva, vedações e eliminação de barreiras. Atendimento Educacional Especializado (AEE): funções, organização e rotinas de trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Elaboração, implementação e monitoramento contínuo do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e Plano de Ensino Individualizado (PEI). Princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): engajamento, múltiplos meios de representação e de ação/expressão para remoção de barreiras. Transtorno do Espectro Autista (TEA): bases neurobiológicas, estratégias baseadas em evidências (PECS, TEACCH, intervenções naturalistas) e rotinas visuais. Deficiência Intelectual: desenvolvimento cognitivo, avaliação ecológica funcional, adaptação curricular e estratégias para a autonomia cotidiana. Altas Habilidades/Superdotação: identificação (Modelo dos Três Anéis de Renzulli), enriquecimento curricular e aceleração de estudos. Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA): pranchas de comunicação de baixa e alta tecnologia, softwares de síntese de voz e pranchas temáticas. Tecnologia Assistiva (TA) na educação: adaptações táteis, ponteiros cefálicos, teclados virtuais acessíveis e engrossadores de materiais de escrita. Deficiência Visual (cegueira e baixa visão): Sistema Braille (leitura e escrita), Soroban (cálculo matemático), audiodescrição e orientação e mobilidade. Educação Bilíngue de Surdos (Libras como primeira língua - L1 e Língua Portuguesa escrita como L2) conforme a Lei Federal nº 14.191/2021. Deficiência Física e Neuromotora: paralisia cerebral, mielomeningocele, distrofias e adequação postural no mobiliário escolar adaptado. Transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Discalculia, Disgrafia) e TDAH: adequações de tempo, provas diferenciadas e mediação pedagógica. Ensino Colaborativo / Coensino: modelo de parceria pedagógica entre o professor do AEE e o professor regente da sala de aula comum. Sensibilização da comunidade escolar e combate sistemático ao capacitismo: promoção de uma cultura de convivência empática e respeito à neurodiversidade. Avaliação pedagógica adaptada: provas acessíveis, auxílio de leitor/escriva e diversificação de instrumentos avaliativos multimodais. Trabalho colaborativo com as famílias de alunos com deficiência: escuta qualificada, orientações para estimulação domiciliar e alinhamento pedagógico. Articulação intersetorial da Educação Especial com a rede de Saúde (CAPSi, eMulti, centros de reabilitação) e Assistência Social (CRAS/CREAS). Ética profissional, sigilo em relação a laudos clínicos e compromisso com a universalidade do direito à educação pública de qualidade. Transição escolar: acolhimento e preparação de estudantes com deficiência na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Adaptações ambientais e arquitetônicas nas escolas municipais para garantia da acessibilidade plena (NBR 9050 da ABNT). Construção de materiais pedagógicos acessíveis e adaptados com materiais recicláveis e alternativos na Sala de Recursos. Formação continuada e assessoria pedagógica aos professores regentes sobre práticas inclusivas e flexibilização curricular. Planejamento docente no AEE: cronogramas de atendimento individualizado e em pequenos grupos sem sobreposição ao currículo comum. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.
- BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CVI, 2017.
- BOSA, Cleonice Alves. Autismo: Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar. Porto Alegre: Artmed, 2018.

34. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): unidades temáticas (Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Aventura). Dimensões do conhecimento na Educação Física escolar: experimentação, uso/apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, valores e análise. Classificação dos esportes na BNCC: de marca, precisão, técnico-combinatórios, rede/parede, campo/taco, invasão e combate. Metodologias ativas no ensino dos esportes coletivos: Teaching Games for Understanding (TGfU), Pedagogia do Jogo e Iniciação Esportiva Universal. Esporte da escola versus esporte na escola: superação do tecnicismo excludente em favor da democratização e participação de todos os alunos. Brincadeiras e jogos populares, tradicionais e de rua brasileiros: resgate cultural, jogos cooperativos e manifestações lúdicas indígenas e africanas. Dança e práticas expressivas corporais na escola: manifestações coreográficas populares, danças urbanas e consciência rítmica corporal. Lutas na Educação Básica: jogos de oposição, distinção ética entre luta e briga, capoeira e artes marciais tradicionais adaptadas à escola. Ginástica Geral / Para Todos: acrobacias básicas seguras, pirâmides humanas escolares e ginástica rítmica com aparelhos alternativos. Práticas Corporais de Aventura (urbanas e na natureza): corrida de orientação cartográfica escolar, parkour adaptado, slackline e educação ecológica. Educação Física Inclusiva e Esporte Paralímpico escolar: goalball, voleibol sentado, bocha paralímpica e adaptações de regras para pessoas com deficiência. Coeducação, relações de gênero e diversidade: desconstrução de preconceitos em quadra, participação mista e enfrentamento ao machismo esportivo. Cultura corporal, padrões estéticos e mídia: debate crítico sobre culto ao corpo perfeito, vigorexia e transtornos da imagem corporal. Conceitos de aptidão física relacionada à saúde, estilo de vida ativo e estratégias de combate ao sedentarismo infantil-juvenil. Fisiologia do exercício básica aplicada à infância e adolescência: gasto energético, resposta termorreguladora e importância da hidratação. Noções de primeiros socorros nas aulas de Educação Física conforme a Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722/2018): fraturas, entorses, contusões e concussão. Organização de festivais esportivos escolares, olimpíadas internas cooperativas e valorização do *fair play* (jogo limpo). Avaliação formativa em Educação Física: instrumentos qualitativos, rubricas de participação atitudinal, portfólios reflexivos e autoavaliação. Planejamento docente: alinhamento com a BNCC, planos de aula estruturados e adaptações para dias chuvosos em espaços escolares alternativos. Ética profissional no magistério, combate sistemático ao bullying em quadra e promoção de valores de solidariedade e respeito mútuo. Biomecânica básica do movimento humano aplicada à prevenção de lesões durante a execução de exercícios na escola. Uso de tecnologias digitais na Educação Física: aplicativos de contagem de passos, cronometragem e gravação em vídeo para análise motora básica. Jogos e brincadeiras para a Educação Infantil: desenvolvimento do esquema corporal, lateralidade, equilíbrio e coordenação motora ampla. Organização de passeios ciclísticos, caminhadas ecológicas e gincanas integrando a comunidade escolar e as famílias. Políticas públicas municipais de esporte educacional e articulação com programas comunitários de atividade física. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Educação Física). Brasília: MEC, 2018.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- KUNZ, Elenor. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. Ijuí: Unijuí, 2004.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime et al. O Ensino dos Esportes Coletivos. Maringá: Eduem, 2014.

35. PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

A Língua Inglesa como Língua Franca (English as a Lingua Franca - ELF) na BNCC: foco na inteligibilidade e superação do falante nativo idealizado. Multiletramentos e letramento crítico no ensino de línguas adicionais: leitura e produção de gêneros textuais contemporâneos digitais e impressos. Abordagens pedagógicas no ensino de inglês: Abordagem

Comunicativa (CLT), Ensino Baseado em Tarefas (TBLT) e Abordagem Integrada de Conteúdos (CLIL). Desenvolvimento integrado das quatro habilidades comunicativas: Listening (compreensão oral), Speaking (produção oral), Reading (leitura) e Writing (escrita). Fonética e fonologia aplicadas ao inglês: sons vocálicos e consonantais, pares mínimos, acento de palavras e frases, entonação e ritmo comunicativo. Morfossintaxe da Língua Inglesa: tempos verbais no Presente, Passado e Futuro (Simple, Continuous e Perfect) e seus usos contextualizados. Verbos modais (can, could, may, might, must, should, would): expressão de habilidade, permissão, obrigação, dedução e conselho. Orações condicionais (Zero, First, Second e Third Conditionals) e construções hipotéticas com *I wish / If only*. Voz Passiva (Passive Voice) e Discurso Indireto (Reported Speech): transformações sintáticas e funções retóricas em notícias e artigos. Phrasal verbs, preposições de tempo e lugar, conjunções coordenativas/subordinativas e marcadores discursivos de coesão textual. Gêneros discursivos digitais e multimodais no ensino de inglês: memes, infográficos, podcasts, posts em redes sociais, tirinhas e videocasts. Estratégias de leitura em língua estrangeira: skimming, scanning, inferência contextual, uso de pistas tipográficas e cognatos e falsos cognatos. Literatura e manifestações culturais no mundo anglófono: valorização da pluralidade de variedades (britânica, americana, africana, indiana e caribenha). Relações étnico-raciais e temas transversais nas aulas de inglês: direitos civis, combate ao racismo e descolonização do currículo escolar. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC): aplicativos de idiomas, recursos de inteligência artificial generativa e podcasts autênticos. Gamificação no ensino de vocabulário e estruturas sintáticas: jogos educativos digitais (Kahoot, Quizlet), dinâmicas lúdicas e quizzes interativos. Metodologias ativas: sala de aula invertida, trabalho cooperativo em duplas/grupos e aprendizagem baseada em projetos. Avaliação formativa no aprendizado de inglês: rubricas orais holísticas, portfólios de redação reflexiva e autoavaliação contínua discente. Educação inclusiva nas aulas de língua inglesa: adaptações metodológicas para alunos com dislexia, deficiência visual, auditiva e TEA. Planejamento pedagógico docente: alinhamento curricular com a BNCC, escolha criteriosa de materiais autênticos e formação continuada. Estratégias pedagógicas para superação da timidez e redução da ansiedade comunicativa dos estudantes durante a fala (*Speaking*). Uso de canções e vídeos legendados como ferramenta pedagógica para expansão de vocabulário e compreensão cultural. Conscientização sobre a influência dos anglicismos na língua portuguesa cotidiana e análise crítica da globalização cultural. Projetos interdisciplinares de língua inglesa com Geografia, História, Arte e Ciências da Natureza. Ensino reflexivo da gramática em contexto de uso, superando a memorização descontextualizada de regras isoladas. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (Língua Inglesa). Brasília: MEC, 2018.
- BROWN, H. Douglas. Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy. White Plains: Pearson, 2007.
- HARMER, Jeremy. The Practice of English Language Teaching. 5. ed. Harlow: Pearson Longman, 2015.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Ensino de Língua Inglesa: Práticas e Leituras. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. Approaches and Methods in Language Teaching. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

36. PSICÓLOGO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Psicologia: teorias da personalidade, do desenvolvimento humano e abordagens clínicas contemporâneas. Código de Ética Profissional do Psicólogo e resoluções normativas vigentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Avaliação psicológica: psicomетria básica, aplicação de testes psicológicos autorizados pelo SATEPSI, observação clínica e entrevistas estruturadas. Elaboração de documentos psicológicos conforme a Resolução CFP nº 06/2019: declaração, atestado psicológico, relatório, laudo e parecer. Psicologia Social e Comunitária: atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do CRAS e CREAS e intervenções comunitárias. Construção e monitoramento de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e condução de intervenções psicossociais com grupos comunitários. Atuação do psicólogo na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS: acolhimento da crise em saúde mental, matriciamento e redução de danos. Manejo clínico ambulatorial dos transtornos mentais prevalentes: depressão, ansiedade generalizada, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e luto. Prevenção e intervenção no comportamento suicida e na automutilação: acolhimento ético, avaliação de risco e fluxos de rede de urgência. Atuação multidisciplinar no enfrentamento ao uso problemático de álcool, crack e outras drogas na perspectiva da redução de danos. Enfrentamento às violências: abuso e exploração sexual infantojuvenil, violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) e negligência contra a pessoa idosa. Psicologia Escolar e Educacional na

perspectiva crítica (Lei Federal nº 13.935/2019): mediação de conflitos institucionais e enfrentamento ao bullying. Psicologia do Desenvolvimento: desenvolvimento na infância, adolescência, transições da vida adulta e processos biopsicossociais do envelhecimento. Intervenção psicológica em emergências e desastres socioambientais, perdas coletivas, enchentes e situações de calamidade pública municipal. Psicologia, direitos humanos e diversidade: gênero, sexualidade, enfrentamento ao racismo e combate a preconceitos institucionais. Técnicas de escuta qualificada, psicoterapia breve focal e intervenções grupais nos serviços públicos de saúde e assistência. Guarda, manuseio seguro, arquivamento e sigilo de prontuários psicológicos em conformidade com as normas do CFP e a LGPD. Acolhimento e suporte psicológico a pessoas com deficiência e suas famílias: desconstrução de práticas capacitistas e suporte emocional. Prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologia da informação (atendimento online) segundo a Resolução CFP nº 11/2018. Trabalho em rede intersetorial: articulação articulada com a Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar e Sistema de Justiça. Noções de Psicologia Organizacional e do Trabalho: prevenção do estresse ocupacional, síndrome de Burnout e saúde mental do servidor público. Atuação do psicólogo em programas municipais de acolhimento familiar e adoção de crianças e adolescentes. Mediação familiar e facilitação de diálogos restaurativos em situações de conflitos intrafamiliares no âmbito do CREAS/CRAS. Avaliação de risco psicossocial e elaboração de relatórios técnicos fundamentados para subsidiar decisões do Poder Judiciário e Ministério Público. Educação permanente e reflexão crítica sobre os determinantes sociais do sofrimento psíquico na comunidade. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 06/2019 (Regras para Elaboração de Documentos Escritos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 34: Saúde Mental. Brasília: MS, 2013.
- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BLEGER, José. Temas de Psicologia: Entrevista e Grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

37. PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Normas sobre Computação na Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 01/2022 e Complemento à BNCC): Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Os quatro pilares do Pensamento Computacional: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e desenvolvimento de algoritmos. Algoritmos e lógica de programação visual em blocos na Educação Básica: plataformas Scratch, Blockly, MakeCode e Code.org. Programação textual introdutória para o Ensino Fundamental II: sintaxe básica de Python, tipos de dados, variáveis, condicionais e laços. Robótica pedagógica e Cultura Maker escolar: plataformas Arduino e micro:bit, circuitos eletrônicos básicos com sensores e atuadores. Hardware e arquitetura de computadores: identificação de placas-mãe, processadores, memórias RAM, SSDs, periféricos e montagem de laboratório escolar. Sistemas operacionais: instalação, configuração, permissões de usuários e comandos básicos em ambientes Windows 11 e Linux educacional. Redes de computadores escolares: modelo TCP/IP, endereçamento IPv4/IPv6, roteamento sem fio (Wi-Fi), servidores DNS e segurança de rede. Segurança da informação e privacidade na escola: prevenção contra malwares, phishing, criação de senhas fortes e conformidade com a LGPD. Cidadania digital e ética na rede: combate sistemático ao cyberbullying, respeito à privacidade, pegada digital e conduta em mídias sociais. Letramento informacional e combate à desinformação: critérios de avaliação de fontes na internet, checagem de fatos e combate a fake news. Suíte de aplicativos de produtividade em nuvem: ferramentas colaborativas do Google Workspace for Education e Microsoft 365. Desenvolvimento web básico: estrutura de páginas com HTML5 semântico, estilização com CSS3 e conceitos de design responsivo. Conceitos básicos de bancos de dados: tabelas, campos, chaves primárias e consultas simples com comandos SQL. Fundamentos e ética da Inteligência Artificial (IA) na educação: conceitos de Machine Learning, modelos de linguagem e usos pedagógicos responsáveis. Acessibilidade digital na escola: diretrizes da WCAG, uso de softwares leitores de tela (NVDA/DOSVOX), alto contraste e inclusão digital. Gamificação e aprendizagem baseada em jogos digitais: utilização de ferramentas como Minecraft Education, Kahoot e lógicas de jogos educativos. Software livre, código aberto e Recursos Educacionais Abertos (REA): licenças Creative Commons, repositórios públicos e soberania digital. Gestão do laboratório de informática escolar: organização física, manutenção preventiva de computadores e descarte correto de lixo eletrônico. Metodologias ativas integradas às tecnologias: Design Thinking na educação, sala de aula invertida e desenvolvimento de projetos práticos. Criação e edição de mídias digitais na escola: edição básica de imagens, produção de áudio para podcasts escolares e edição de pequenos vídeos. Conscientização sobre ergonomia no uso de computadores por crianças e jovens: postura corporal e prevenção de fadiga visual. Introdução aos conceitos de computação em nuvem, sincronização de arquivos em rede e trabalho compartilhado em tempo real. Projetos interdisciplinares articulando a informática com Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Geografia. Planejamento docente: alinhamento das aulas de informática com as competências digitais da BNCC e avaliação formativa de projetos computacionais. Fundamentos

históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Planejamento educacional, planejamento de ensino e organização do trabalho pedagógico. Currículo, interdisciplinaridade, contextualização e competências educacionais. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem. Gestão democrática, projeto político-pedagógico e participação da comunidade escolar. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, acessibilidade e equidade. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade, direitos humanos e combate às discriminações. Tecnologias digitais, cultura digital, inteligência artificial e inovação aplicadas à educação. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Lei Complementar nº 220/2025 – Sistema Nacional de Educação. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, quanto ao direito à educação inclusiva. Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC. Resolução CNE/CP nº 01/2022.
- WING, Jeannette M. Computational Thinking. Communications of the ACM, 2006.
- RESNICK, Mitchel. Jardim de Infância para a Vida Toda: Por que a Criatividade é Mais Importante do que Nunca. Porto Alegre: Penso, 2020.
- TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. Organização Estruturada de Computadores. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013.
- FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de Programação. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

38. TÉCNICO AGRÍCOLA

Topografia agrícola básica: nivelamento simples, medição de áreas, alinhamentos e demarcação de curvas de nível para conservação de solos. Solos e nutrição mineral de plantas: amostragem correta de solo, interpretação de laudos de fertilidade e recomendação de calagem e adubação. Práticas de conservação do solo e da água: plantio direto na palha, terraceamento, rotação de culturas e prevenção e controle de erosão hídrica. Fitotecnia e tratamentos culturais das culturas temporárias e perenes da região sul: milho, soja, feijão, trigo e culturas de cobertura de solo. Manejo Integrado de Pragas (MIP) e Manejo Integrado de Doenças (MID): monitoramento, controle biológico, controle cultural e uso racional de agroquímicos. Receituário agrônomo e defensivos agrícolas (Lei Federal nº 14.785/2023): segurança na aplicação, dosagens, descarte de embalagens (tríplice lavagem) e EPLs. Agroecologia e sistemas orgânicos de produção: adubação verde, compostagem, biofertilizantes líquidos e certificação participativa da produção familiar. Fruticultura de clima temperado e subtropical: implantação de pomares (macieiras, videiras e citros), podas de formação e frutificação e raleio. Olericultura geral e cultivo protegido: manejo de hortaliças em estufas plásticas, irrigação localizada, adubação de cobertura e controle de pragas. Silvicultura e reflorestamento: implantação e condução de povoamentos florestais (Pinus e Eucalipto) e sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Zootecnia geral e sanidade na bovinocultura de leite e corte: instalações zootécnicas, higiene da ordenha mecânica, controle de mastite e nutrição. Sanidade e manejo na suinocultura e avicultura em regime de integração: biossegurança em granjas, manejo de dejetos e uso de biodigestores e esterqueiras. Piscicultura de água doce em pequenas propriedades: espécies comerciais (tilápias e carpas), viveiros escavados, qualidade da água e arraçamento. Forragicultura e conservação de alimentos para o inverno: manejo de pastagens anuais e perenes, fenação e produção e ensilagem de milho e capim. Máquinas, implementos e tratores agrícolas: regulagem de semeadoras-adubadoras, pulverizadores de barras, arados, grades e manutenção de rotina. Irrigação e drenagem na agricultura familiar: sistemas de aspersão convencional, gotejamento localizado e técnicas de drenagem de solos encharcados. Agroindústria familiar artesanal: boas práticas de fabricação no processamento de derivados cárneos (embutidos), laticínios (queijo colonial) e conservas. Extensão rural e assistência técnica pública: metodologias participativas, dias de campo, reuniões técnicas e difusão de tecnologias com agricultores familiares. Legislação ambiental aplicada ao imóvel rural: Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), Cadastro Ambiental Rural (CAR) e recomposição de APPs. Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: crédito rural (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE municipal. Ética e legislação profissional: atribuições do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) e responsabilidade técnica em laudos e projetos rurais. Armazenamento e conservação de grãos e sementes pós-colheita: secagem, aeração, controle de umidade e combate a carunchos e roedores. Apicultura básica: manejo de colmeias de abelhas africanizadas e melíponas, floradas locais, extração higiênica de mel e sanidade apícola. Segurança e saúde no trabalho rural conforme a Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31): prevenção de acidentes com maquinário e agrotóxicos. Noções de administração rural e contabilidade básica para pequenas propriedades: controle de custos de produção, receitas e margem de lucro. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à

informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal).
- BRASIL. Lei Federal nº 14.785/2023 (Defensivos Agrícolas).
- EPAGRI. Manual de Terapêutica Vegetal. Florianópolis: Epagri, 2020.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO. Manual de Adubação e Calagem para os Estados do RS e SC. 11. ed. Porto Alegre: SBCS/NRS, 2016.
- GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

39. TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Organização administrativa municipal: estrutura organizacional, secretarias, competências dos órgãos e regime jurídico dos servidores municipais. Gestão de processos administrativos: autuação, registro, tramitação eletrônica, expedição de atos, arquivamento e cumprimento de prazos legais. Redação oficial contemporânea (Manual da Presidência da República): estrutura de ofícios, memorandos, circulares, portarias, certidões e atas oficiais. Gestão documental e arquivologia: métodos de arquivamento, organização de pastas físicas e digitais, conservação, tabela de temporalidade e microfilmagem/digitalização. Licitações e Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021: modalidades licitatórias, pesquisa de preços e elaboração de termos de referência. Gestão de materiais e suprimentos: compras públicas, controle de estoque de almoxarifado, ponto de pedido, inventário físico e método PEPS. Administração patrimonial pública: tombamento de bens móveis e imóveis, transferências de carga, termos de responsabilidade e baixa de bens inservíveis. Atendimento ao público interno e externo: técnicas de atendimento humanizado, urbanidade, comunicação assertiva e resolução pacífica de conflitos. Aplicação prática da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e gestão de pedidos do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei Federal nº 13.709/2018) aplicada ao tratamento seguro de cadastros e processos administrativos. Gestão de pessoas no serviço público: conferência de folhas de ponto, direitos e vantagens funcionais e procedimentos para concessão de férias e licenças. Orçamento público municipal: noções de ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) e acompanhamento das etapas da despesa (empenho, liquidação e pagamento). Operação de sistemas informatizados de gestão pública municipal, portais corporativos da Prefeitura e prontuários eletrônicos. Utilização avançada de softwares de escritório: formatação de relatórios técnicos em editores de texto e consolidação de dados em planilhas eletrônicas. Segurança da informação no ambiente público: procedimentos de backup, políticas de senhas seguras, combate a vazamentos e uso seguro de e-mails. Gestão de rotinas de reuniões de trabalho: convocação formal, elaboração de pautas prévias, redação de atas e acompanhamento de deliberações. Gestão da qualidade no setor público: métodos de melhoria contínua, padronização de rotinas (POPs) e eliminação de desperdícios de materiais e tempo. Noções de controle interno municipal e fiscalização da legalidade formal dos processos administrativos de pagamento. Ética profissional e integridade no setor público: cumprimento da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com alterações da Lei nº 14.230/2021). Relacionamento interpessoal, trabalho colaborativo em equipe e conduta profissional orientada ao atendimento das necessidades dos munícipes. Noções de convênios, termos de fomento e parcerias com entidades do terceiro setor sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC). Procedimentos de protocolo geral: conferência documental na recepção de requerimentos e emissão de comprovantes de protocolo com chave de consulta. Noções de serviços postais e envio de correspondências oficiais com aviso de recebimento (AR). Aplicação da Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021) na desburocratização e digitalização de serviços públicos municipais. Postura profissional: assiduidade, pontualidade, disciplina e comprometimento com o zelo pelo patrimônio público. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos).
- BRASIL. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- BRASIL. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2021.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

40. TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Conceito, objetivos e campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) segundo as NBC TSP vigentes. Estrutura do patrimônio público: classificação de bens públicos (uso comum, uso especial e dominicais), direitos, obrigações e apuração do Patrimônio Líquido. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): estrutura das contas de natureza orçamentária, patrimonial e de controle e regras de escrituração. Escrituração contábil pelo método das partidas dobradas: lançamentos contábeis de atos e fatos típicos da administração municipal. Estágios da Receita Pública na Lei nº 4.320/1964: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, e contabilização das deduções do FUNDEB. Estágios da Despesa Pública na Lei nº 4.320/1964: fixação, empenho (ordinário, estimativo e global), liquidação e pagamento. Procedimentos contábeis para Restos a Pagar processados e não processados: inscrição, liquidação posterior, pagamento e cancelamento de saldos. Conciliação bancária de contas correntes e aplicações financeiras da Prefeitura: conferência e conciliação de saldos e lançamentos pendentes. Retenções na fonte de tributos e contribuições sobre serviços tomados por pessoas físicas e jurídicas: IRRF, INSS e ISSQN municipal. Noções sobre obrigações acessórias tributárias e previdenciárias da Administração Pública: EFD-Reinf, DCTFWeb e eSocial público. Despesas com adiantamentos e suprimentos de fundos municipais: autorização, concessão, prazo de aplicação e conferência de prestação de contas. Controle contábil e patrimonial do ativo imobilizado municipal: tombamento, reavaliação de bens, depreciação acumulada e baixas patrimoniais. Demonstrações contábeis públicas (DCASP): elaboração e análise básica do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP): variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) pelo regime de competência. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): acompanhamento de relatórios fiscais (RGF e RREO) e limites legais de despesa com pessoal. Operação de softwares integrados de contabilidade pública e conferência de saldos na Matriz de Saldos Contábeis (MSC/SICONFI). Procedimentos contábeis de encerramento do exercício financeiro: apuração do superávit/déficit financeiro e patrimonial. Auditoria e controle interno na documentação contábil: organização e instrução de processos de empenho e pagamentos para o TCE/SC. Transparência na gestão fiscal: fornecimento de informações contábeis para o Portal da Transparência municipal e atendimento a cidadãos. Código de Ética Profissional do Contador e Técnico em Contabilidade (CFC) e zelo pela fidedignidade dos registros contábeis. Escrituração contábil da execução orçamentária dos fundos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social. Classificação da despesa orçamentária por natureza: categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento. Contabilização e controle de transferências financeiras recebidas da União e do Estado (FPM, ICMS, IPVA e transferências do SUS). Noções de controle contábil sobre contratos de prestação de serviços continuados e retenção de garantias contratuais. Registro contábil e acompanhamento da dívida fundada e da dívida fluante do município. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Edição vigente.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP - Estrutura Conceitual e Normas Aplicadas ao Setor Público.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2016.

41. TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO

Interpretação e compatibilização de projetos civis: arquitetônico, estrutural, fundações, hidrossanitário, elétrico e combate a incêndio. Normas técnicas da ABNT aplicáveis ao desenho arquitetônico, acessibilidade (NBR 9050) e manutenção predial (NBR 5674). Operação de ferramentas de desenho técnico assistido por computador (AutoCAD 2D) e leitura de projetos em tecnologia BIM. Orçamento de obras e serviços de manutenção predial: levantamento de quantitativos, cotação de insumos e uso de tabelas de custos (SINAPI). Elaboração de termos de referência simplificados para contratação de reparos e reformas em prédios públicos na Lei nº 14.133/2021. Gestão e execução de planos de manutenção predial preventiva e corretiva em escolas, postos de saúde e secretarias municipais. Tecnologia e controle de materiais de construção: concretos, argamassas, blocos cerâmicos e de concreto, tintas, impermeabilizantes e cerâmicas. Acompanhamento de serviços de fundações superficiais e profundas, estruturas de concreto armado e alvenarias de vedação e estrutural. Serviços de impermeabilização em fundações, lajes expostas, calhas e banheiros para contenção de infiltrações prediais. Instalações hidrossanitárias prediais: manutenção de ramais de água fria,

válvulas de descarga, torneiras, desobstrução de esgotos e caixas de gordura. Instalações elétricas prediais de baixa tensão: substituição de condutores, disjuntores, tomadas, luminárias de LED e aterramento com segurança (NR-10). Manutenção e conservação de coberturas: estruturas de madeira e metálicas, troca de telhas cerâmicas e fibrocimento e limpeza periódica de calhas. Diagnóstico de patologias comuns nas edificações públicas: fissuras estruturais, trincas térmicas, umidade por capilaridade e descolamento cerâmico. Acessibilidade predial em prédios públicos: execução e manutenção de rampas de acesso, corrimãos, piso tátil e sanitários adaptados (NBR 9050). Fiscalização técnica *in loco* do cronograma físico de obras e reformas contratadas pela Prefeitura e conferência de medições de serviços. Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção: aplicação da Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) e uso obrigatório de EPIs e EPCs. Gerenciamento e destinação ambientalmente adequada de Resíduos da Construção Civil (RCC) conforme Resolução CONAMA nº 307/2002. Preenchimento diário do Livro de Ordem / Diário de Obra e elaboração de relatórios técnicos fotográficos de fiscalização. Organização, controle e requisição de estoque de ferramentas e materiais de construção no almoxarifado de manutenção predial. Ética profissional, responsabilidade técnica perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) e atendimento respeitoso aos munícipes. Noções de pintura predial: preparação de superfícies (lixamento, aplicação de fundo preparador e massa corrida) e tipos de tintas (acrílica, látex e esmalte). Manutenção de esquadrias metálicas, de madeira e de alumínio: troca de fechaduras, dobradiças, vidros e aplicação de vernizes e zarcão. Procedimentos para contenção e reparo emergencial de vazamentos hidráulicos em tubulações aparentes e embutidas. Inspeção e manutenção periódica em sistemas de para-raios (SPDA) e extintores de incêndio portáteis em prédios públicos. Cuidados na montagem e uso seguro de andaimes e escadas conforme as normas de segurança para trabalho em altura (NR-35). Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050 (Acessibilidade); NBR 5674 (Manutenção de Edificações). Rio de Janeiro: ABNT.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 18 (Construção Civil), NR-10 (Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura).
- AZEREDO, Hélio Alves de. O Edifício até sua Cobertura. São Paulo: Blucher, 1997.
- MATTOS, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. São Paulo: Pini, 2014.
- YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. São Paulo: Pini, 2016.

42. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Exercício legal da Enfermagem: Lei Federal nº 7.498/1986 e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017). Biossegurança e controle de infecção: precauções padrão, contato, gotículas e aerossóis, higienização das mãos (cinco momentos da OMS) e uso de EPIs. Verificação e registro fidedigno de sinais vitais: pressão arterial, frequência cardíaca, frequência respiratória, temperatura e oximetria de pulso. Cuidados e técnicas de higiene, conforto e segurança: banho de leito, higiene oral, mobilização do paciente e prevenção de Lesão por Pressão (LPP). Administração segura de medicamentos: conferência rigorosa dos certos da medicação, vias oral, sublingual, intramuscular, subcutânea, intradérmica e tópica. Terapia intravenosa: punção venosa periférica com cateter sobre agulha, manutenção de acessos venosos periféricos e prevenção de flebites. Cálculos básicos de dosagem e diluição de medicamentos e cálculo de gotejamento de soluções parenterais (gotas e microgotas por minuto). Cuidados de enfermagem com drenos de sucção, sondas vesicais de demora e alívio, e sondas nasoenterais (administração correta de dietas e hidratação). Oxigenoterapia e inaloterapia: manuseio de cânulas nasais, máscaras faciais e nebulizadores, aspiração de secreções de vias aéreas superiores e traqueostomia. Coleta, acondicionamento e identificação de materiais biológicos para exames laboratoriais na Atenção Primária (sangue, urina, fezes e escarro). Tratamento de feridas e curativos: limpeza com soro fisiológico morno, técnicas assépticas e aplicação de coberturas básicas conforme prescrição do enfermeiro. Atuação na sala de vacinas do posto de saúde: técnicas de aplicação de imunobiológicos em crianças e adultos, calendário vacinal do PNI e rede de frio. Assistência ao pré-natal e saúde da mulher: preparo da paciente para exame ginecológico, teste rápido de gravidez e orientação pós-parto. Atendimento ao paciente crônico na UBS: aferição de glicemia capilar, eletrocardiograma (ECG) de rotina e apoio na estratificação de risco da hipertensão e diabetes. Atuação em urgências e emergências clínicas e traumáticas na UBS: suporte básico de vida (BLS), manobras de RCP, uso do DEA e controle de hemorragias externas. Central de Material e Esterilização (CME) na UBS: limpeza de instrumentos, secagem, empacotamento em grau cirúrgico, autoclave a vapor e testes químicos/biológicos. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS): segregação e descarte correto de materiais infectantes e perfurocortantes (caixas Descarpac). Prontuário do paciente: anotações de enfermagem claras,

cronológicas, sem rasuras, com carimbo e assinatura legal conforme exigência do COREN. Segurança do paciente: protocolos de prevenção de quedas, identificação correta do usuário e prevenção de erros de administração terapêutica. Relacionamento interpessoal, trabalho em equipe multiprofissional sob a supervisão direta do Enfermeiro e humanização do atendimento na rede SUS. Acolhimento com classificação de risco na atenção primária e escuta qualificada dos usuários. Cuidados de enfermagem na assistência domiciliar a pacientes restritos ao leito e orientações aos cuidadores familiares. Manejo e preparo correto de materiais estéreis para procedimentos cirúrgicos ambulatoriais simples. Atuação em campanhas comunitárias de vacinação, mutirões de saúde e busca ativa de faltosos na comunidade. Noções de primeiros socorros em caso de queimaduras, picadas de animais peçonhentos e reações alérgicas agudas. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, funcionamento e financiamento. Redes de Atenção à Saúde (RAS) e níveis de atenção. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Política Nacional de Humanização (PNH). Promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde. Vigilância em Saúde: vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Segurança do paciente, qualidade da assistência, gerenciamento de riscos, controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) e medidas de biossegurança. Ética, bioética, sigilo profissional, direitos dos usuários dos serviços de saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN nº 564/2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático de Imunização e Cadeia de Frio. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- POTTER, Patricia A. et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- LIMA, Idelmina Lopes de et al. Manual do Técnico de Enfermagem. Goiânia: AB, 2017.
- BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

43. TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Arquitetura e manutenção de computadores: diagnóstico e troca de placas-mãe, processadores, memórias RAM (DDR4/DDR5), fontes e unidades de armazenamento (SSD/NVMe). Instalação, configuração e formatação de sistemas operacionais: Windows 10/11 corporativo e distribuições Linux para servidores e desktops (Ubuntu/Debian). Gerenciamento de discos, partições, formatação (NTFS, EXT4), clonagem de discos e rotinas automatizadas de backup corporativo. Instalação e manutenção de softwares aplicativos de escritório (Google Workspace, Microsoft 365, LibreOffice) e leitores de documentos digitais. Redes de computadores locais (LAN): cabeamento estruturado (normas TIA/EIA 568A/568B), crimpagem de conectores RJ-45 e conectorização de patch panels e switches. Configuração básica de ativos de rede: roteadores Wi-Fi corporativos, switches gerenciáveis, pontos de acesso (APs) e VLANs simples. Configuração e diagnóstico de protocolos de rede TCP/IP: endereçamento IPv4 e IPv6, máscaras de sub-rede, gateway padrão e resolução de nomes via DNS. Serviços de rede em ambiente de prefeitura: configuração de clientes DHCP, compartilhamento de pastas de rede com permissões NTFS e servidores de impressão. Segurança da informação em estações de trabalho: instalação e gerenciamento de antivírus corporativo, detecção de malwares e resposta a infecções. Aplicação de políticas de senhas seguras, conscientização dos usuários contra engenharia social/phishing e bloqueio de portas USB. Noções da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018): cuidados no acesso a arquivos municipais e garantia da confidencialidade de dados. Suporte técnico a usuários (Help Desk): atendimento presencial e suporte remoto (AnyDesk, TeamViewer), abertura, acompanhamento e fechamento de chamados. Manutenção preventiva e corretiva de periféricos: impressoras térmicas, multifuncionais a laser, scanners de documentos e no-breaks (baterias). Noções de bancos de dados relacionais: instalação de SGBDs (MySQL, PostgreSQL), comandos básicos de consulta em SQL e rotinas de backup (dump). Noções de computação em nuvem: sincronização de arquivos em nuvem corporativa (Google Drive/OneDrive) e conceitos de IaaS e SaaS. Diagnóstico de falhas de hardware com o uso de ferramentas de teste (multímetro, testador de cabos de rede e softwares de benchmark). Conexões remotas seguras: configuração de clientes de VPN (Virtual Private Network) para trabalho remoto e acesso a sistemas legados da Prefeitura. Descarte ambientalmente correto de lixo eletrônico (e-waste) e reciclagem de componentes informáticos municipais obsoletos. Organização do inventário de hardware e licenças de software da Prefeitura, catalogação de máquinas e zelo pelo patrimônio tecnológico público. Ética profissional, sigilo funcional absoluto em relação aos dados visualizados em computadores de servidores e urbanidade no atendimento. Apoio na transmissão de sessões virtuais, videoconferências e configuração de projetores multimídia e caixas acústicas em reuniões oficiais. Configuração de certificados digitais e tokens (A1 e A3) em navegadores para assinatura eletrônica de documentos públicos. Limpeza física interna periódica de gabinetes, ventoinhas (coolers) e substituição de pasta térmica em processadores. Diagnóstico de lentidão em estações de trabalho e otimização de serviços e programas iniciados com o sistema operacional. Elaboração de tutoriais e manuais passo a passo ilustrados para orientação básica dos servidores públicos no uso de novos sistemas. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de

materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.
- VASCONCELOS, Laércio. Hardware na Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2014.
- KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

44. TÉCNICO EM TESOUREARIA

Funções, organização e rotinas da Tesouraria na Administração Pública Municipal: fluxo financeiro, pagamentos e conciliação diária de disponibilidades. Conceito de Conta Única do Tesouro Municipal e gestão centralizada das disponibilidades financeiras do Município. Fases da Despesa Pública na Lei Federal nº 4.320/1964: rigor na verificação da ordem cronológica de pagamento da despesa liquidada e empenhada. Documentos de suporte financeiro: notas de empenho, liquidações, ordens bancárias, duplicatas, notas fiscais eletrônicas e certidões negativas de débito. Controle e conciliação bancária diária de contas correntes, contas vinculadas a convênios e fundos especiais da Prefeitura (Saúde, Educação e Assistência). Emissão, cancelamento e controle de cheques nominais, transferências eletrônicas disponíveis (TED) e pagamentos governamentais via PIX. Acompanhamento e registro diário da arrecadação de receitas municipais próprias (IPTU, ISSQN, ITBI, taxas) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA). Elaboração do Boletim Diário de Tesouraria / Caixa: apuração de saldos iniciais, entradas, saídas e saldos de fechamento diário. Aplicações financeiras das disponibilidades de caixa da Prefeitura: regras do Conselho Monetário Nacional (CMN), rentabilidade, liquidez e baixo risco. Pagamento de folha de salários dos servidores municipais: conferência de arquivos de remessa e retorno bancário e cumprimento de prazos legais. Retenções financeiras na fonte de tributos e encargos previdenciários e trabalhistas (IRRF, INSS, ISSQN e PASEP) e seus repasses aos órgãos competentes. Gestão financeira de regimes de adiantamentos e suprimentos de fundos municipais: liberação de recursos, controle de prazos e conferência documental. Gestão de Restos a Pagar processados e não processados sob a ótica financeira e disponibilidade financeira real ao final do mandato. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): disponibilidade de caixa, proibição de contração de despesa sem lastro financeiro no final do mandato (art. 42). Controle financeiro e movimentação de contas vinculadas a convênios estaduais e federais (plataforma Transferegov). Atendimento a fornecedores e credores municipais para esclarecimento sobre previsão de pagamentos e fornecimento de comprovantes de quitação. Segurança na custódia de valores em cofre municipal, controle de talões de cheque e gestão de senhas e assinaturas eletrônicas com certificação digital ICP-Brasil. Organização, guarda cronológica e arquivamento de comprovantes bancários para prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC). Integração dos sistemas informatizados de tesouraria com a contabilidade pública e o controle interno municipal. Ética e probidade na gestão de recursos públicos, combate a desvios financeiros e responsabilidade funcional e pessoal do tesoureiro municipal. Controle de saldos financeiros para cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde e Educação. Procedimentos operacionais para devolução de recursos de convênios federais e estaduais com rendimentos financeiros de aplicação. Controle e verificação de autenticidade de guias de recolhimento e comprovantes de quitação de débitos municipais. Procedimentos de estorno e cancelamento de pagamentos emitidos indevidamente ou com divergência de dados bancários. Elaboração de projeções de fluxo de caixa de curto prazo para subsidiar as decisões financeiras do Secretário de Finanças e do Prefeito. Administração Pública: princípios, organização e gestão. Planejamento, organização, direção, coordenação e controle administrativo. Gestão de processos, gestão por resultados e qualidade no serviço público. Atendimento ao público, comunicação oficial, relacionamento interpessoal e atendimento humanizado. Redação oficial e correspondências administrativas. Arquivologia, gestão documental, protocolo e gestão da informação. Gestão de pessoas, trabalho em equipe, ética, integridade e conduta no serviço público. Informática aplicada à Administração, segurança da informação, governo digital, inteligência artificial e transformação digital. Noções de administração de materiais, patrimônio, almoxarifado e logística. Transparência, controle interno, prestação de contas e acesso à informação. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações da Lei nº 14.230/2021). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – disposições gerais aplicáveis à Administração Pública).

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Edição vigente.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2016.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANEXO V
DO CRONOGRAMA
(Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.SRV.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
01.	Divulgação do Edital	17/09/2026
02.	Publicação do Edital	17/09/2026
03.	Prazo para impugnação do Edital (horário limite de recebimento até 17H)	17/09 até 21/09/2026
04.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	17/09 até 01/10/2026
05.	Prazo Máximo de pagamento da Taxa de Inscrição	01/10/2026
06.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados, Medula Óssea - (Horário limite de recebimento até 17h)	17/09 até 21/09/2026
07.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados e/ou Medula Óssea.	23/09/2026
08.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	02/10/2026
09.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17H)	02/10 até 05/10/2026
10.	Homologação Final das Inscrições	06/10/2026
11.	Local de Aplicação das Provas Objetivas	06/10/2026
12.	Ensalamento dos Candidatos	06/10/2026
13.	Realização das Provas Objetivas de conhecimentos para todos Horário de início das provas: 08H30MIN	08/11/2026
14.	Realização das Provas Práticas Horário de início das provas: 13H15MIN	08/11/2026
15.	Divulgação do Gabarito Provisório	09/11/2026
16.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17H)	09/11 até 10/11/2026
17.	Divulgação do Gabarito Oficial e julgamento dos recursos recebidos	16/11/2026
18.	Divulgação Provisória dos Classificados e Aprovados	16/11/2026
19.	Recursos quanto à Classificação Provisória (horário limite de recebimento até 17H)	16/11/2026
20.	Divulgação Final dos Aprovados e julgamento dos recursos recebidos	18/11/2026

NOTA:

*** Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Erval Velho poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, **CABENDO AOS CANDIDATOS A OBRIGAÇÃO DE ACOMPANHAR AS PUBLICAÇÕES** oficiais através do site www.aprenderesc.srv.br e/ou na aba correspondente ao município de Erval Velho.

*** **É de inteira responsabilidade do candidato, chegar com antecedência mínima de trinta minutos antes ao local das provas, ter conhecimento por qual portão terá acesso ao colégio, saber o horário de fechamento dos portões e horário de início das provas a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.**

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO VI

REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____,
inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua
_____, n.º _____, Bairro _____,
Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o **CONCURSO**
PÚBLICO 01/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, inscrição sob o número _____, para
o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) CONDIÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTE FÍSICO REALIZAR A PROVA:

Deficiência: _____ CID n.º: _____ (De forma clara)

Nome do Médico: _____ CRM: _____ (De forma clara)

Especificar a Condição: _____

02) CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA:

- Prova com ampliação do tamanho da fonte tipo Arial ()-12 ()-14

03) AMAMENTAÇÃO

Nome do Acompanhante: _____ RG _____

Horários Amamentação: _____:_____ | _____:_____ Data Nascimento Criança: ____/____/____

04) OUTRAS NECESSIDADES

- () Intérprete de Libras
- () Ledor de Prova

Outro Necessidade (Especificar): _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____(SC), ____ de _____ de 2026.

Nome do Requerente Legível

RG Completo: _____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, (nome) _____, (estado civil) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____-_____, residente e domiciliado no (endereço completo) _____,

DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983 e ainda, com finalidade de obter isenção do pagamento de Taxa de Inscrição do **CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO**, Inscrito para o cargo _____, número de inscrição _____, que minha renda mensal “per capita” familiar não ultrapassa um salário mínimo e meio nacional.

Declaro ainda, estar ciente das penas que posso incorrer nos termos do Art. 299 do Código Penal Brasileiro abaixo transcrito.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome do Requerente Legível

RG Completo: _____